

# Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cobrança equivocada em aposentadoria especial - VISÃO DO DIREITO ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita regula pagamento de débito após derrota no Carf ..... 5

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta do 3º lote já está disponível ..... 7

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal emite alerta para MEIs sobre sites fraudulentos ..... 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita vai restituir R\$ 8,5 bi ..... 9

PORTAL CONTABIL - SC  
ANFIP

Promessa de campanha de Lula, discussão sobre isenção do IR para salários até R\$ 5 mil será retomada só em 2026, dizem fontes ..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Primeira fase do voa Brasil vai atender os aposentados ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

BPC e seguro-desemprego podem mudar para ampliar redução de gasto ..... 12

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Ataque hacker derruba sistema usado por nove ministérios ..... 14

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Suposto ataque hacker derruba sistema ..... 15

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: como consultar e receber o benefício ..... 16

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Ataque hacker afeta sistemas de 9 ministérios e de 2 órgãos federais ..... 17

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados poderão comprar passagens aéreas a R\$ 200 ..... 18

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6 ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Visão do direito: Cobrança equivocada em aposentadoria especial..... 20

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil: veja quem tem direito e como comprar passagens aéreas a R\$ 200..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Ministério lança Voa, Brasil para beneficiários do INSS..... 23

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Presidente do BC rebate críticas ao aumento de fraudes com o Pix..... 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Como mudar de nível na conta GOV.BR..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica elenca prioridades do 2º semestre..... 27

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad..... 29

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad..... 30

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: se regras de vinculação não mudarem, despesas obrigatórias vão comprimir demais gastos..... 32

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS  
ECONOMIA

Haddad: desenvolvimento sustentável é desafio global..... 33

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que G20 poderá fazer declaração conjunta sobre taxação de super-ricos..... 34

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda prepara cenários para a reforma tributária da renda..... 35

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula defende tributar bilionários e critica pagamento de imposto por países pobres..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxa sobre super-ricos renderia US\$ 250 bi ao ano, diz Haddad..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Transferir renda é necessário, mas não resolve tudo..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Especialistas discutem papel das empresas na preservação da biodiversidade e na promoção da economia verde

40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Dados melhoram, mas 8,4 milhões têm fome no país

41

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Com inflação ainda elevada, expectativa de retomada na Argentina fica para 2025

42

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Dólar deve dar trégua, mas alimentos pressionam IPCA (Editorial)

44

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

Brasil melhora, mas 8,4 milhões ainda passam fome, aponta estudo

46

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dólar tem novo dia de alta firme e supera os R\$ 5,65

48

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

Dólar volta ao patamar pré-anúncio de cortes - GPS DA ECONOMIA

50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Conta corrente ganha fôlego com mudança em cripto

52

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo Kamala deve priorizar a classe média na economia

54

# Cobrança equivocada em aposentadoria especial - VISÃO DO DIREITO

**Ana Paula De Raeffray e Franco Mauro Russo Brugioni**

Ana Paula De Raeffray - Advogada, doutora em direito pela PUC-SP e sócia do escritório Raeffray Brugioni Advogados

Franco Mauro Russo Brugioni - Advogado, sócio do escritório Raeffray Brugioni. Vicepresidente da Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética Disciplinar da OAB, secção São Paulo

O que antes era apenas uma possibilidade de exigência fiscal vem se concretizando, haja vista que inúmeras empresas têm sido alvo de cobranças por parte da **Receita Federal do Brasil** da contribuição adicional ao Risco Ambiental do Trabalho - RAT (6%, 9% ou 12%) para custeio de aposentadorias especiais, inclusive, de forma retroativa aos últimos cinco anos, em razão da Tese 555 fixada pelo Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário com repercussão geral (ARE 664.335).

Discutia-se no citado recurso a possibilidade, ou não, de o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI), informado no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), descaracterizar o tempo de serviço especial para fins de concessão de aposentadoria especial.

O STF decidiu o caso e fixou tese de repercussão geral com dois-pontos. No primeiro, o STF determinou que, se o EPI for efetivamente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá suporte constitucional para a aposentadoria especial. No segundo, estabeleceu que, mesmo havendo declaração do empregador sobre a eficácia do EPI, se o trabalhador estiver exposto a ruído acima dos limites legais de tolerância, permanecerá hígido o seu direito ao cômputo do tempo de serviço especial para aposentadoria.

Sob o argumento de estar embasada nessa decisão do STF, a **Receita Federal** vem lavrando autos de infração para cobrar retroativamente a contribuição adicional destinada a financiar a aposentadoria especial. Essas cobranças se intensificaram com a publicação do Ato Declaratório Interpretativo nº 2/2019 da **RFB**, que determina ser devida a contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial ainda que sejam adotadas medidas de proteção que neutralizem ou reduzam o grau de

exposição do trabalhador ao agente insalubre a níveis legais de tolerância.

No entanto, essa interpretação do ato declaratório e, por conseguinte, a cobrança da contribuição, contrariam a lógica imposta pelo STF, pois implicam obrigação de pagamento da contribuição adicional mesmo nos casos em que não estejam presentes hipóteses legais de sua incidência. Relembre-se de que a primeira tese firmada pelo STF é no sentido de que se o EPI for eficaz, não há que se falar em aposentadoria especial.

Na verdade, o fato gerador da contribuição adicional é complexo e se concretiza pela efetiva exposição do trabalhador a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, pelo tempo previsto em lei. Já a concessão da aposentadoria especial decorre de uma relação jurídica distinta, entre trabalhador segurado e o **INSS**, que depende de prova, por vezes, inclusive, pericial.

Portanto, não se pode inferir a existência do fato gerador tão somente pela concessão do benefício previdenciário, pois a concessão do benefício previdenciário não é e nunca foi a hipótese de incidência da exação.

O desalinhamento entre a decisão do STF e a atuação fiscalizatória da **Receita Federal** expõe as empresas a situação de permanente insegurança jurídica com fortes impactos econômicos, razão pela qual é preciso que as próprias empresas defendam a correta interpretação da decisão do STF, utilizando-se de argumentos jurídicos que propiciem o afastamento de exação fiscal que está sendo criada pela **RFB** por mero ato declaratório, alimentando a voracidade arrecadatória.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6223/25-07-2024.html?all=1>

# Receita regula pagamento de débito após derrota no Carf

*Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta De Brasília*

A **Receita Federal** reduziu as vantagens esperadas pelos contribuintes para o pagamento de autuações fiscais após condenação por voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Em instrução normativa publicada ontem, estabeleceu que algumas multas não serão extintas, impondo restrições que, segundo advogados tributaristas, não estariam previstas na chamada Lei do **Carf** (nº 14.689, de 2023).

A Instrução Normativa nº 2.205 foi publicada dois dias depois de o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, indicar uma redução na expectativa dos valores que poderão ser recuperados com o voto de qualidade - desempate por representante do Fisco. A nova projeção de arrecadação, até o fim do ano, é de R\$ 37,7 bilhões, ante os R\$ 55,6 bilhões inicialmente previstos.

Mesmo com a redução, integrantes do Ministério da Fazenda avaliam que, dificilmente, esse montante será alcançado neste ano. Já há uma percepção na pasta de que, ainda que haja regras mais favoráveis, os contribuintes têm optado por recorrer das condenações ao Poder Judiciário. Isso é confirmado por advogados tributaristas que defendem grandes casos no **Carf**.

O secretário havia indicado que essa frustração com receitas ocorreu devido ao prazo que os contribuintes têm para pagamento depois da condenação no **Carf**. Para acelerar o processo, a Receita quer comunicar o contribuinte logo após a condenação, o que poderia reduzir o prazo de pagamento para cerca de 30 dias após a publicação do acórdão, o que leva cerca de 60 dias. Ainda assim, a IN mantém o prazo de 90 dias.

Na avaliação de Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, a arrecadação com o **Carf** é central para saber se a União ficará no centro da meta de déficit zero ou no limite inferior da banda, que permite um rombo de R\$ 28,8 bilhões. "Considerando que não houve adesões no primeiro semestre, o parcelamento em 12 meses e o endurecimento das regras pela nova IN, é possível pensar em uma receita, em 2024, abaixo de R\$ 8 bilhões, enquanto o último relatório bimestral apresentou quase R\$ 38 bilhões." Não só a

meta de primário está em jogo, diz ele, mas o volume de despesa que pode ter sido contratada a longo prazo com base nessa estimativa de receita. "Pelo chamado princípio da prudência que se aplica às contas públicas, que diz que devem ser escolhidas as projeções válidas mais conservadoras, tanto para a receita como para a despesa, seria importante que se esclarecesse, ao menos, como a cronologia da adesão e parcelamento foi incorporada à estimativa oficial de arrecadação." A IN publicada agora traz duas restrições que vão além da Lei do **Carf**, segundo Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos. A norma, afirma, traz impedimentos à exclusão das multas moratórias, aduaneiras e isoladas, apesar de o Decreto nº 70.235, de 1972, prever o cancelamento de multas sem diferenciar o tipo de penalidade.

Vasconcelos lembra que, durante a tramitação do PL do **Carf**, chegou a ser sugerida a exclusão só das multas incidentes sobre o valor do principal, mas essa restrição não prevaleceu. Por isso, o advogado considera que a IN, assim como parecer anterior publicado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), impõe restrições sem correspondência na lei. A outra restrição é aos processos envolvendo compensação, de acordo com o advogado.

A restrição que consta na IN torna menos atrativa a adesão ao pagamento do crédito tributário nas condições diferenciadas após o voto de qualidade, diz Vasconcelos. O advogado completa que o entendimento manifestado pela Receita ainda abre a possibilidade de mais contencioso. "Quando a IN, sob o pretexto de regulamentar, inova para restringir, está desrespeitando a decisão política do Congresso fruto das deliberações parlamentares e sintetizada no texto da lei", afirma.

Apesar disso, diz Vasconcelos, há um ponto positivo na nova norma, que trata da questão temporal. A Receita considerava que os julgamentos anteriores à MP 1.160 e à Lei nº 14.689 que tivessem recursos pendentes na esfera administrativa não estariam abrangidos pelas novas regras - exclusão de multas e condições especiais de pagamento. Agora, na IN, acrescenta, o órgão esclarece que as regras se aplicam.

"Frustraram [as novas regras] um pouco a expectativa

dos contribuintes", afirma o advogado Caio Quintella, ex-conselheiro do **Carf** e sócio da Nader Quintella Advogados. A lei estabelece, segundo ele, que "as multas" serão canceladas no empate. Contribuintes consideravam, com a leitura da norma, que poderiam afastar multas aduaneiras, isoladas e de mora. Dessas, a Receita esclarece que só é possível afastar a isolada se houver decisão específica por voto de qualidade em relação à sua manutenção.

"Novamente se está diante da discordância do Executivo sobre norma editada pelo Legislativo, e com a pretensão de regular, distorce e restringe o alcance da decisão do legislador. O resultado é mais contencioso tributário", diz Quintella.

Segundo Rafael Gregorin, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe, são polêmicas, para os contribuintes, as previsões de não exclusão das multas isoladas e de não exclusão das multas referentes aos processos em que a decisão proferida pelo **Carf** se tornou definitiva antes de 12 de janeiro de 2023.

"As autoridades colocaram diversas travas em uma regra que era tanto para beneficiar os contribuintes que perderam por empate, ou seja, em que houve dúvida, quanto para diminuir o contencioso", diz.

Vivian Casanova, sócia do BMA Advogados, afirma que a IN acaba acompanhando manifestação prévia da PGFN em parecer (nº 943, de 2024) que já havia sido discutido entre advogados e considerado mais amplo em relação ao que a lei previa. A interpretação, acrescenta, deve levar a questionamento por parte dos contribuintes no âmbito judicial. "Na IN, a Receita pretendeu normatizar os seus entendimentos, que já vinham sendo aplicados mesmo sem constarem expressamente em qualquer norma, os quais claramente restringem o benefício de exclusão da multa na hipótese de decisão por voto de qualidade."

" Instrução normativa e parecer da PGFN impõem restrições sem correspondência na lei" Breno Vasconcelos

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187937>

# Consulta do 3º lote já está disponível

Restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2024 foi solicitada por 501.195 mato-grossenses. Número equivalente a 63,1% do total de 793.670 declarações entregues. Até o momento, foram devolvidos R\$ 368,4 milhões para 217.105 contribuintes de Mato Grosso por meio das restituições do 1º e 2º lotes. Com a liberação do 3º lote na próxima quarta-feira, 31, a previsão é creditar R\$ 220,2 milhões para 147.284 pessoas no Estado que prestaram contas ao Fisco. Os valores acumulados restituídos por meio dos 3 lotes totalizarão R\$ 588,6 milhões para 364.389 mato-grossenses. A consulta para o 3º lote de restituição do IRPF 2024 já está disponível, informa a **Receita Federal do Brasil** (RFB). No país, são 6 milhões de restituições destinadas aos contribuintes. O valor total do crédito é de R\$ 8,5 bilhões. Do total previsto, R\$ 529,5 milhões serão direcionados para o público prioritário, sendo 14.756 idosos acima de 80 anos e 95.040 entre 60 e 79 anos, bem como 9.672 contribuintes com alguma deficiência física, mental ou moléstia grave, 34.014 restituições para professores do magistério. Outras 5,7 milhões de restituições contemplam contribuintes que não possuem prioridade legal, mas obtiveram prioridade por terem utilizado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição via PIX. Foram contempladas, ainda, 172.719 contribuintes não prioritários. Por fim, foram incluídas no lote 54.241 restituições de contribuintes gaúchos, em razão do estado de calamidade decretado no Rio Grande do Sul (RS). Caso o crédito da restituição não seja realizado, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Neste caso, o cidadão poderá reagendar o crédito dos valores pelo Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento BB. Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição no prazo de um ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC, no site da **Receita Federal**, acessando o menu Declarações e Demonstrativos. Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet. Se identificar alguma pendência, o contribuinte pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas. A consulta também pode ser realizada pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.



# Receita Federal emite alerta para MEIs sobre sites fraudulentos

A **Receita Federal** faz um alerta os cidadãos e contribuintes sobre a existência de sites fraudulentos que simulam o Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Microempreendedor Individual (PGMEI).

Esses sites falsos podem direcionar os usuários para falsos programas geradores de documentos, causando prejuízos financeiros e trazendo compromissos legais aos contribuintes.

Certifique-se de acessar os canais oficiais para gerar documentos do PGMEI ou para acessar outros serviços.

O domínio de acesso ao serviço deve conter receita.

fazenda.gov.br no link.

**Site:** <https://netdiario.com.br/edicao-digital/edicao-25-07-2024/>



# Receita vai restituir R\$ 8,5 bi

Brasília - A **Receita Federal** liberou ontem a consulta ao terceiro dos cinco lotes de restituição do Imposto de Renda de 2023, com a inclusão de cerca de 54,2 mil contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores. Ao todo, 6.091.572 contribuintes receberão R\$ 8,5 bilhões. Segundo o Fisco, quase todo o valor irá para contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

Os residentes no Rio Grande do Sul que regularizaram a declaração em julho entraram na lista de prioridades. No mês passado, 252.738 contribuintes gaúchos receberam restituição, inclusive de exercícios anteriores.

Em relação à lista de prioridades, a maior parte, 5.711.130 contribuintes, informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento.

Em seguida, há 172.719 contribuintes que não informaram a chave Pix e não se encaixam em nenhuma das categorias de prioridades legais. Este é o primeiro lote a contemplar contribuintes não-prioritários.

Em terceiro, há 95.040 contribuintes entre 60 e 79 anos. Em quarto, vêm 54.241 contribuintes residentes no Rio Grande do Sul. Em quinto lugar, estão 34.014 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. O restante dos contribuintes são 14.756 contribuintes idosos acima de 80 anos e 9.672 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

A consulta pode ser feita na página da **Receita Federal** na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da **Receita Federal** para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 31 de julho, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar

uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

**Resgate** - Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua restituição depois de um ano, deverá requerer o valor no Portal e-CAC. Ao entrar na página, o cidadão deve acessando o menu "Declarações e Demonstrativos", clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". (ABr) %

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Promessa de campanha de Lula, discussão sobre isenção do IR para salários até R\$ 5 mil será retomada só em 2026, dizem fontes

A discussão sobre a faixa de isenção do imposto de renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil só será retomada em 2026, segundo fontes do governo ouvidas pela CNN .

Apesar de ser uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a leitura dos auxiliares do mandatário é de que o assunto não é uma prioridade até que haja um bom espaço fiscal e ambiente econômico saudável para garantir a sustentabilidade da medida.

De acordo com interlocutores do presidente, a prioridade do governo era a isenção para quem ganha até dois salários mínimos (equivalente a R\$ 2.824 atualmente) - o que foi feito no começo do ano e passará a valer a partir de 2025.

A medida impacta cerca de 15,8 milhões de brasileiros, incluindo empregados, autônomos, aposentados e pensionistas, que não precisarão mais pagar Imposto de Renda sobre seus rendimentos.

Mesmo assim, a promessa de elevar essa faixa de isenção continua mantida até o fim do mandato, mas neste momento o governo busca "espaço fiscal e ambiente econômico saudável" para avançar com outras medidas.

Um interlocutor do presidente disse que o compromisso é para o final do mandato, e por isso, não teria motivos para antecipar.

Na visão de Mauro Silva, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, a medida caiu no esquecimento do governo. Ele ainda aponta que é necessário corrigir toda a tabela, e não só a faixa de isenção, pois sem esse ajuste, há penalidades em cima da classe média que terá que contribuir mais.

"Existem as promessas do Lula, de que ele quer chegar ao final do mandato com isenção de R\$ 5 mil, mas concretamente ele acaba não se movimentando nesse sentido", diz.

"Então, com a **reforma tributária** e reforma do

consumo, deixa o imposto de renda para o ano que vem. Eles só livraram os dois salários mínimos, mexeram só na faixa de isenção, deixando a classe média toda pagando mais imposto e nenhuma sinalização de que vão fazer uma correção gradual para chegar a cumprir a promessa".

De acordo com Isac Falcão, presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional), o aumento do limite isenção da tabela do Imposto de Renda para R\$ 5 mil depende de uma confluência de fatores, como negociação com o Congresso Nacional e uma política de desoneração para os mais pobres, além de tributar os mais ricos.

"Enquanto o Parlamento se mantiver refratário a políticas de promovam maior justiça fiscal, como a redução das renúncias aquelas voltadas à redução de brechas para evasão e elisão de **tributos**, será manter difícil manter os compromissos de equilíbrio fiscal sem prejuízo das políticas voltadas à redução das desigualdades sociais", pontua.

Fonte: CNN

**Site:** <https://portalcontabilsc.com.br/noticias/promessa-de-campanha-de-lula-discussao-sobre-isencao-do-ir-para-salarios-ate-r-5-mil-sera-retomada-so-em-2026-dizem-fontes/>

# Primeira fase do voa Brasil vai atender os aposentados

O Ministério de Portos e Aeroportos lançou ontem a primeira fase do programa Voa Brasil, que oferecerá passagens aéreas por até R\$ 200 em cada trecho. A fase inicial vai disponibilizar 3 milhões de passagens para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), independente da faixa de renda. Para comprar as passagens mais baratas, o aposentado não deve ter viajado de avião nos últimos 12 meses. Cada beneficiário terá direito a dois bilhetes aéreos por ano. Segundo o ministério, mais de 23,3 milhões de aposentados terão direito ao benefício. A compra é feita direto pelo site gov.br/voabrasil com a conta do Gov.br. A conta precisa ser nível prata ou ouro, para dar mais segurança ao processo. Quem tem conta bronze deve fazer o upgrade com a inclusão de dados pessoais e reconhecimento facial.

Quem não atender aos critérios não conseguirá fazer o login no site. Ao localizar a passagem desejada no site, o usuário é direcionado para a página da companhia aérea para realizar a compra. As empresas Azul, Gol, Latam e VoePass participam do programa. No entanto, a iniciativa não garante passagens mais baratas e vai apenas reunir bilhetes que já custam até R\$ 200. Eventuais descontos e promoções dependerão das empresas aéreas, que já ofertam passagens na faixa de valor prevista para o programa.

Segundo o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a ideia do governo é expandir o programa para estudantes inscritos no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A previsão é que a oferta para esse público comece no primeiro semestre de 2025. "Esse é o primeiro passo para incluir mais brasileiros viajando pelo Brasil", disse. São cerca de 700 mil alunos a serem contemplados.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, Geraldo Alckmin, destacou os benefícios do programa para a população, especialmente para a saúde. "Para combater depressão, ansiedade, não há nada melhor do que você sair, conhecer outras pessoas, visitar as pessoas queridas, família, amigos e conhecer o Brasil, esse país fascinante".

A adesão das companhias aéreas será voluntária e não há recursos públicos envolvidos ao programa. O CEO da Azul Linhas aéreas, John Rodgers, explicou que a ideia é aproveitar a ociosidade das aeronaves na baixa temporada. "Cada voo que nós temos, tem assentos vazios. Então, temos oportunidade de incluir mais pessoas, e isso não quer dizer que as outras pessoas terão que pagar mais, mas elas têm que se planejar mais, comprar com antecedência, não podem voar nos feriados. Os aposentados são um povo mais flexível, não têm emprego, então podem viajar quando não é o pico. Isso é onde a indústria quer que as pessoas viajem", disse.

Atualmente, de janeiro a junho, a taxa média de ociosidade das aeronaves é de 20%. Segundo o secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, apenas 2% da ocupação nas aeronaves brasileiras é de pessoas com mais de 65 anos de idade, sendo que a população brasileira nessa faixa etária é de 10% do total. "O nosso trabalho foi reunir esse conjunto de disponibilidade de passagens no período de baixa estação e na ociosidade das aeronaves, que chega a 20%", explica a Fiemg.

Além do programa de aviação, o ministério também anuncia o início de programas para a logística de transporte rodoviário pelo país, como a BR dos Rios e a construção do túnel Santos-Guarujá. Anunciado pela primeira vez em março de 2023, o Voa Brasil teve o lançamento adiado por sucessivas vezes diante das dificuldades de apresentar uma resposta à reclamação de consumidores de alta nos preços das passagens. Em janeiro deste ano, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que a previsão é que cerca de 3 milhões sejam beneficiados em um primeiro momento.

Site: <https://digital.em.com.br>

ociosidade

# BPC e seguro-desemprego podem mudar para ampliar redução de gasto

**Jéssica Sant"Ana e Guilherme Pimenta De Brasília**

O governo estuda mexer nos critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mudar as regras do seguro-desemprego, em mais uma frente de trabalho para reduzir despesas obrigatórias e fazer com que elas caibam dentro dos limites do novo arcabouço fiscal. Seriam medidas adicionais da agenda de corte de gastos, não contabilizadas dentro dos R\$25,9 bilhões já anunciados para 2025 pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ambas precisariam de alteração em lei, mas são cogitadas para envio ao Congresso até o fim deste ano.

De acordo com duas fontes, os estudos já foram solicitados e estão em andamento. Contudo, as propostas ainda serão desenhadas e vão passar pelo crivo político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no momento adequado. Uma fonte da equipe econômica garantiu que o tema não é "tabu" dentro do governo e será enfrentado.

O BPC é um benefício assistencial no valor mensal de um salário-mínimo pago à pessoa com deficiência e ao idoso carente. Para ter direito, a pessoa precisa ter renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo. Porém, uma lei de 2021 flexibilizou esse critério, permitindo a dedução de gastos relacionados à saúde e que em casos específicos o benefício seja concedido para família com renda até meio salário mínimo.

Além disso, uma portaria de 2021 alterou o rito de concessão do BPC a pessoas com deficiência. Foi adotado o chamado "padrão médio à avaliação social", substituindo a avaliação social individual, nos casos em que a perícia médica já tenha sido realizada e constatado o impedimento de longo prazo. A medida foi pensada, na época, para diminuir o tempo de espera.

A avaliação do atual governo é que essas medidas, mesmo com as mudanças posteriores, ajudaram a acelerar a concessão do benefício nos últimos anos, em especial aqueles concedidos judicialmente, já que ficou uma interpretação dúbia da lei.

Em junho deste ano, eram 6 milhões de pessoas recebendo BPC. Há dez anos, no mesmo mês, esse número estava em 4 milhões. Em 2021, eram 4,7

milhões. Os dados mostram ainda que até 2022 o crescimento do número de beneficiários variava entre 1% e 5%. Agora, está na casa de dois dígitos, puxado tanto pelo aumento do BPC a pessoa com deficiência quanto aos idosos a partir de 65 anos.

No caso do seguro-desemprego, a equipe econômica entende que o programa, da forma como está desenhado, é pró-cíclico e precisaria de mudanças. Atualmente, para receber o dinheiro, o trabalhador precisa ter trabalhado com carteira assinada pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses anteriores à data da demissão, quando é a primeira entrada no benefício. O prazo cai de 12 para 9 meses nos casos em que é a segunda vez que o pedido é feito. Depois, cai para 6 meses.

A equipe econômica defende uma padronização dessas regras, além de tornar o programa menos pró-cíclico. Segundo uma fonte, "esse é um bom momento" para fazer as mudanças, porque o país vive uma "situação boa de emprego".

Bruno Ottoni, especialista em mercado de trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concorda que o formato atual do seguro-desemprego tem caráter pró-cíclico. "Quando a situação da economia melhora, as pessoas muitas vezes pedem demissão e entram no emprego informal. Com isso, acumulam o salário do emprego informal com o seguro-desemprego", explica. Segundo ele, na maior parte dos outros países, o seguro é anticíclico, ou seja, quando a economia piora e o desemprego aumenta, aí sim o país tem uma alta com o gasto com o seguro-desemprego.

Em janeiro e fevereiro deste ano, o governo gastou 29,75% a mais do que no mesmo período do ano passado com seguro-desemprego, apesar do aquecimento do mercado de trabalho. Projeção feita em 13 de maio pelo Ministério do Trabalho e Emprego mostra que o gasto com a política seria crescente ao longo dos próximos anos, custando R\$ 51,6 bilhões em 2024 e chegando a R\$ 64,6 bilhões em 2027.

Por isso, na avaliação de Ottoni, faz sentido o governo buscar que essa despesa fique mais estável ao longo de um período de dez anos, por exemplo, de forma a caber dentro das novas regras fiscais.

As mudanças no BPC e no seguro também estão

sendo estudadas como uma alternativa à desvinculação desses gastos da política de valorização do salário mínimo, proposta que chegou a ser levantada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, mas que já foi descartada publicamente pelo presidente Lula. "Para manter a vinculação ao salário mínimo, eu preciso aprimorar as políticas sociais", explicou uma fonte.

Mudanças na vinculação dos pisos de saúde e educação ao crescimento da receita também não seriam adotadas até 2026, já que há a avaliação de que o custo político para alterar o ritmo de crescimento é elevado. O foco da equipe econômica está no chamado "pente fino" dos benefícios previdenciários e assistenciais e em mudanças no seguro-desemprego e no Proagro, medidas que estão dentro da conta de economia de R\$ 25,9 bilhões anunciada por Haddad para 2025.

No caso do abono salarial, outra política contestada por especialistas e vinculada ao crescimento do salário-mínimo, fontes explicam que demandaria mudança por Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o que tende a ser difícil de ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Marcos Mendes, doutor em economia e pesquisador associado ao Insper, avalia que há espaço para mexer tanto no BPC quanto no seguro-desemprego. Porém, o pesquisador defende mudanças mais rígidas das que estão sendo estudadas pelo governo, além de dizer que não faz sentido equiparar o valor do BPC ao salário mínimo.

"O BPC é um benefício que a pessoa recebe sem ter contribuído antes. Por isso, ele não pode se equiparar a outro que é pago a quem contribuiu", comenta Mendes. "Hoje isso acontece, pois o contribuinte do **INSS** se aposenta com 65 anos e o beneficiário do **BPC** também recebe a partir dos 65 anos. Seria correto voltara idade do BPC para 70 anos, como era inicialmente", afirma o economista. Ele argumenta, ainda, que é preciso ter critérios mais seletivos na definição de deficiência e um "grande esforço" na prevenção de fraudes.

No caso do seguro-desemprego, o economista afirma que é preciso redesenhar os três instrumentos para proteger o trabalhador que perde o emprego: o seguro-desemprego, o FGTS e a multa rescisória. "Seria preciso redesenhar essa proteção de forma a reduzir o custo para o erário e para os empregadores e empregados, pois há efeitos negativos tanto fiscais quanto de incentivo à formalização da mão de obra e de permanência no emprego", explica.

Caso confirmada a mudança no seguro-desemprego,

não seria a primeira vez que um governo alteraria as regras para restringir o acesso e, dessa forma, reduzir gastos. No fim de 2014, a então presidente Dilma Rousseff editou medida provisória, sancionada em 2015, ajustando os critérios de concessão do seguro-desemprego.

"Quando a economia melhora, pessoas vão para o informal e acumulam com seguro-desemprego" Bruno Ottoni

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>**



# Ataque hacker derruba sistema usado por nove ministérios

GRAVE INCIDENTE O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos acionou a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência sobre um "incidente de segurança cibernética" que afetou o sistema eletrônico de informações desde a manhã da última terça-feira.

Internamente, o caso foi reportado em **comunicado** "urgente" sobre um "grave incidente de segurança cibernética". A suspeita é a de um possível ataque hacker.

Na Polícia Federal, o caso deve ficar a cargo da Diretoria de Crimes Cibernéticos. A corporação acompanha o caso e está instruindo a equipe do Ministério, mas ainda não instaurou nenhum procedimento formal sobre o episódio.

De acordo com o Ministério de Gestão, o SEI é responsável pelo andamento eletrônico de processos administrativos de nove ministérios e dois outros órgãos - a Casa da Moeda e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coai).

A plataforma faz a gestão de documentos e processos eletrônicos e é utilizada pelo Ministério de Gestão, da Fazenda, Povos Indígenas; Planejamento e Orçamento; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a **Previdência Social**; da Igualdade Racial; e das Mulheres.

O incidente reportado à PF também afetou algumas funcionalidades do processo eletrônico nacional. O órgão frisou que o incidente não afetou o Gov.br, portal que oferece uma série de serviços aos cidadãos.

O Ministério afirmou que equipes atuam para que "os serviços sejam restabelecidos o mais breve possível".

**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# Suposto ataque hacker derruba sistema

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos acionou a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência sobre um "incidente de segurança cibernética" que afetou o sistema eletrônico de informações desde a manhã da terça-feira. Internamente, o caso foi reportado em **comunicado** "urgente" sobre um "grave incidente de segurança cibernética". A suspeita é a de um possível ataque hacker.

Na PF, o caso deve ficar a cargo da Diretoria de Crimes Cibernéticos. De acordo com o Ministério de Gestão, o SEI é responsável pelo andamento eletrônico de processos administrativos de nove ministérios e dois outros órgãos - a Casa da Moeda e o Conselho de Controle de Atividades Financeira.

A plataforma faz a gestão de documentos e processos eletrônicos e é utilizada pelo Ministério de Gestão, da Fazenda, Povos Indígenas; "Planejamento e Orçamento", Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a **Previdência Social**; da Igualdade Racial; e das Mulheres. O órgão frisou que o incidente não afetou o Gov.br, portal que oferece uma série de serviços aos cidadãos. Em nota, o Ministério afirmou que as equipes atuam para que "os serviços sejam restabelecidos o mais breve possível". O sistema também está inacessível para usuários externos.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11153>



# INSS: como consultar e receber o benefício

O processo de acompanhamento de benefício concedido pelo **INSS** pode ser realizado pelo próprio cidadão. Da mesma forma, o segurado poderá receber o benefício em uma agência bancária próxima de uma Agência da Previdência da sua escolha.

Para acompanhar, o segurado pode pedir ao atendente para verificar a situação ligando para a Central 135 (segunda à sábado, das 7h às 22h). Também é possível verificar no site e aplicativo do Meu **INSS** se há pendências.

O acompanhamento é importante para que o segurado possa enviar documentação faltante ou prestar informações para a concessão do benefício solicitado.

O prazo de resposta é de 30 dias e prorrogável por mais 30.

Caso não cumpra a exigência, o pedido pode ser concluído com as informações que o **INSS** possui, o que pode levar a um benefício de menor valor. Quem tiver a solicitação concedida, receberá o primeiro pagamento em uma agência bancária próxima à agência e microrregião que foi escolhida no pedido de benefício.

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12573/25-07-2024.html>

# Ataque hacker afeta sistemas de 9 ministérios e de 2 órgãos federais

O Governo Federal sofreu um ataque hacker que atingiu os sistemas de nove ministérios e outros dois órgãos públicos. Diversas ferramentas estavam indisponíveis e sem previsão para o restabelecimento, conforme as informações até o fechamento desta edição.

Por volta das 12h dessa quarta-feira (24), profissionais dos órgãos atingidos receberam e-mail informando sobre "incidente cibernético". "As equipes estão atuando para assegurar que os dados estejam íntegros e seguros. Ainda não há previsão para a conclusão do reparo", cita o texto aos servidores ao qual a reportagem teve acesso.

Na mensagem, a Secretaria de Serviços Compartilhados afirma que os Ministérios atingidos são: da Gestão; da Fazenda; dos Povos Indígenas; do Planejamento e Orçamento; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; da **Previdência Social**; da Igualdade Racial; das Mulheres; além da Casa da Moeda Brasileira e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o ataque de ontem foi sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Multiórgão e algumas funcionalidades do Processo Eletrônico Nacional. O MGI acionou a Polícia Federal (PF) na manhã dessa quarta-feira e, a partir de então, as equipes da PF passaram a trocar informações com os técnicos do Ministério.

Por enquanto, a Polícia Federal atua na orientação de medidas de segurança a serem tomadas para proteção de dados e garantia da integridade dos sistemas. Não há ainda, no entanto, um procedimento formal instaurado. A PF deve investigar a origem da invasão e o alcance do problema a partir do momento em que o inquérito for aberto.

Até ontem, o MGI confirmou apenas o registro de instabilidade nas ferramentas, mas ainda monitorava os sistemas para identificar e avaliar eventuais danos e problemas decorrentes da ação. "O SEI dos demais órgãos não foi afetado, assim como os serviços ofertados ao cidadão via Gov.br. As equipes de TI [Tecnologia da Informação] já estão tratando o

incidente para que os serviços sejam restabelecidos o mais breve possível", cita a nota do Ministério.

Além disso, a Secretaria de Serviços Compartilhados orienta que os servidores busquem soluções alternativas para não haver paralisação de serviços e processos urgentes. Segundo a Agência Brasil, além da PF, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi acionada para investigar o caso.

Siafi

Em abril, criminosos invadiram o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), usado na execução de pagamentos, e tentaram movimentar pelo menos R\$ 9 milhões do Ministério da Gestão. O Tesouro Nacional, gestor do Siafi, implementou medidas adicionais de segurança para autenticar os usuários habilitados a operar o sistema e autorizar pagamentos.

ProUni

Já o Ministério da Educação (MEC), reforçou ontem que as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni) são gratuitas e que o canal oficial e exclusivo para o procedimento online é o Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. As informações são da Agência Brasil.

O MEC fez a declaração após um site falso de inscrição ser retirado do ar. A página falsa tinha a mesma identidade visual da oficial para induzir o estudante a erro. Antes de ser derrubado, o site falso solicitava a inserção de dados do candidato para então direcioná-lo a uma mensagem falsa que dizia ser necessário o pagamento da taxa de inscrição de R\$ 100 para finalizar o cadastro. A cobrança de qualquer valor para inscrição no Prouni é indevida e ilegal.

Site: [https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google_vignette)

# Aposentados poderão comprar passagens aéreas a R\$ 200

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou, nessa quarta-feira (24/07), o lançamento do programa Voa Brasil, uma iniciativa pioneira que visa incluir aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no transporte aéreo nacional. Este é o primeiro programa de inclusão social na aviação civil do Brasil, voltado especificamente para aqueles que não voaram nos últimos 12 meses. A ideia central é proporcionar aos cerca de 23 milhões de aposentados do país, a oportunidade de comprar passagens aéreas a um preço acessível de R\$ 200 por trecho, incentivando o turismo interno e o reencontro com familiares.

Além de beneficiar aposentados, o programa Voa Brasil planeja expandir seus horizontes para alcançar outros grupos em situações de vulnerabilidade social. Este foco em democratizar o acesso ao transporte aéreo é parte de uma estratégia mais ampla do governo para fortalecer o setor de turismo e aviação civil, proporcionando novas oportunidades econômicas em diversas regiões do país. Com isso, espera-se não apenas aumentar a quantidade de viagens domésticas, mas também estimular o desenvolvimento local através do aumento do consumo em áreas menos visitadas.

O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o Voa Brasil Aposentados não só facilita o acesso ao transporte aéreo como também promove desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda através do turismo. A primeira fase do programa atende aposentados que recebem até dois salários mínimos, representando aproximadamente 95% dos beneficiários. O governo federal prevê que a segunda fase, programada para começar no primeiro semestre de 2025, expandirá o benefício para estudantes de instituições públicas de ensino.

As companhias aéreas participantes terão a liberdade de oferecer assentos ociosos em suas aeronaves durante todo o ano, que geralmente atingem uma taxa média de ociosidade de 20% no período de janeiro a junho. Este sistema não apenas otimiza o uso das capacidades das aeronaves mas também permite que mais brasileiros experimentem o transporte aéreo. Importante ressaltar que o programa funciona sem subsídios governamentais, e as tarifas aéreas oferecidas não incluem taxas de embarque.

O Voa Brasil Aposentados opera respeitando a

liberdade tarifária das companhias aéreas e a gestão autônoma dos seus inventários. Assim, o governo federal não inter-virá na escolha de rotas, datas ou horários, mantendo a independência das operadoras aéreas dentro do programa.

Além disso, o programa foi equipado com uma plataforma tecnológica robusta, desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Este sistema não só garante a segurança da aplicação como também facilita a integração com o portal Gov.br, proporcionando uma experiência simplificada e segura para os usuários na hora de consultar e comprar passagens.

Em síntese, o Voa Brasil Aposentados é uma porta aberta para que milhões de aposentados possam desfrutar das belezas e das oportunidades que o Brasil tem a oferecer, conectando pessoas e lugares de uma maneira acessível e inclusiva. Para o economista Helder Cavalcante, essa medida pode ser vista como uma resposta estratégica às necessidades de inclusão social e econômica, especialmente em um país vasto como o Brasil, onde a conectividade aérea desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional e na coesão nacional. "Ao incentivar os aposentados a explorar novos destinos dentro do país e visitar familiares em outras regiões, o programa Voa Brasil não apenas fortalece os laços sociais, mas também abre novas oportunidades de negócios para o setor de turismo e serviços. No entanto, será crucial monitorar a implementação do programa para garantir que os benefícios sejam distribuídos equitativamente e que as operações aéreas mantenham altos padrões de segurança e eficiência, garantindo assim sua sustentabilidade a longo prazo".

Site: [https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google_vignette)

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 25/07/2024 - 07:02  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (25) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,56. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,83 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,2 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passou a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 600 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 500 mil de famílias foram incluídas no programa em julho, o que representa inclusão recorde para um mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,83 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,99.

## Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

# Visão do direito: Cobrança equivocada em aposentadoria especial

## Opinião

Por Ana Paula De Raeffray\* e Franco Mauro Russo Brugioni\* - O que antes era apenas uma possibilidade de exigência fiscal vem se concretizando, haja vista que inúmeras empresas têm sido alvo de cobranças por parte da **Receita Federal do Brasil** da contribuição adicional ao Risco Ambiental do Trabalho - RAT (6%, 9% ou 12%) para custeio de aposentadorias especiais, inclusive, de forma retroativa aos últimos cinco anos, em razão da Tese 555 fixada pelo Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário com repercussão geral (ARE 664.335).

Discutia-se no citado recurso a possibilidade, ou não, de o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI), informado no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), descaracterizar o tempo de serviço especial para fins de concessão de aposentadoria especial.

O STF decidiu o caso e fixou tese de repercussão geral com dois-pontos. No primeiro, o STF determinou que, se o EPI for efetivamente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá suporte constitucional para a aposentadoria especial. No segundo, estabeleceu que, mesmo havendo declaração do empregador sobre a eficácia do EPI, se o trabalhador estiver exposto a ruído acima dos limites legais de tolerância, permanecerá hígido o seu direito ao cômputo do tempo de serviço especial para aposentadoria.

Sob o argumento de estar embasada nessa decisão do STF, a **Receita Federal** vem lavrando autos de infração para cobrar retroativamente a contribuição adicional destinada a financiar a aposentadoria especial. Essas cobranças se intensificaram com a publicação do Ato Declaratório Interpretativo nº 2/2019 da **RFB**, que determina ser devida a contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial ainda que sejam adotadas medidas de proteção que neutralizem ou reduzam o grau de exposição do trabalhador ao agente insalubre a níveis legais de tolerância.

No entanto, essa interpretação do ato declaratório e, por conseguinte, a cobrança da contribuição, contrariam a lógica imposta pelo STF, pois implicam obrigação de pagamento da contribuição adicional mesmo nos casos em que não estejam presentes

hipóteses legais de sua incidência. Relembre-se de que a primeira tese firmada pelo STF é no sentido de que se o EPI for eficaz, não há que se falar em aposentadoria especial.

Na verdade, o fato gerador da contribuição adicional é complexo e se concretiza pela efetiva exposição do trabalhador a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, pelo tempo previsto em lei. Já a concessão da aposentadoria especial decorre de uma relação jurídica distinta, entre trabalhador segurado e o **INSS**, que depende de prova, por vezes, inclusive, pericial. Portanto, não se pode inferir a existência do fato gerador tão somente pela concessão do benefício previdenciário, pois a concessão do benefício previdenciário não é e nunca foi a hipótese de incidência da exação.

O desalinhamento entre a decisão do STF e a atuação fiscalizatória da **Receita Federal** expõe as empresas a situação de permanente insegurança jurídica com fortes impactos econômicos, razão pela qual é preciso que as próprias empresas defendam a correta interpretação da decisão do STF, utilizando-se de argumentos jurídicos que propiciem o afastamento de exação fiscal que está sendo criada pela **RFB** por mero ato declaratório, alimentando a voracidade arrecadatória.

\*Ana Paula De Raeffray é advogada, doutora em direito pela PUC-SP e sócia do escritório Raeffray Brugioni Advogados

\*Franco Mauro Russo Brugioni é advogado, sócio do escritório Raeffray Brugioni. Vice-presidente da Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética Disciplinar da OAB, seção São Paulo

Por Ana Paula De Raeffray\* e Franco Mauro Russo Brugioni\* - O que antes era apenas uma possibilidade de exigência fiscal vem se concretizando, haja vista que inúmeras empresas têm sido alvo de cobranças por parte da **Receita Federal do Brasil** da contribuição adicional ao Risco Ambiental do Trabalho - RAT (6%, 9% ou 12%) para custeio de aposentadorias especiais, inclusive, de forma retroativa aos últimos cinco anos, em razão da Tese 555 fixada pelo Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário com repercussão geral (ARE 664.335).



Discutia-se no citado recurso a possibilidade, ou não, de o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI), informado no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), descaracterizar o tempo de serviço especial para fins de concessão de aposentadoria especial.

O STF decidiu o caso e fixou tese de repercussão geral com dois-pontos. No primeiro, o STF determinou que, se o EPI for efetivamente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá suporte constitucional para a aposentadoria especial. No segundo, estabeleceu que, mesmo havendo declaração do empregador sobre a eficácia do EPI, se o trabalhador estiver exposto a ruído acima dos limites legais de tolerância, permanecerá hígido o seu direito ao cômputo do tempo de serviço especial para aposentadoria.

Sob o argumento de estar embasada nessa decisão do STF, a **Receita Federal** vem lavrando autos de infração para cobrar retroativamente a contribuição adicional destinada a financiar a aposentadoria especial. Essas cobranças se intensificaram com a publicação do Ato Declaratório Interpretativo nº 2/2019 da **RFB**, que determina ser devida a contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial ainda que sejam adotadas medidas de proteção que neutralizem ou reduzam o grau de exposição do trabalhador ao agente insalubre a níveis legais de tolerância.

No entanto, essa interpretação do ato declaratório e, por conseguinte, a cobrança da contribuição, contrariam a lógica imposta pelo STF, pois implicam obrigação de pagamento da contribuição adicional mesmo nos casos em que não estejam presentes hipóteses legais de sua incidência. Relembre-se de que a primeira tese firmada pelo STF é no sentido de que se o EPI for eficaz, não há que se falar em aposentadoria especial.

Na verdade, o fato gerador da contribuição adicional é complexo e se concretiza pela efetiva exposição do trabalhador a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, pelo tempo previsto em lei. Já a concessão da aposentadoria especial decorre de uma relação jurídica distinta, entre trabalhador segurado e o **INSS**, que depende de prova, por vezes, inclusive, pericial. Portanto, não se pode inferir a existência do fato gerador tão somente pela concessão do benefício previdenciário, pois a concessão do benefício previdenciário não é e nunca foi a hipótese de incidência da exação.

O desalinhamento entre a decisão do STF e a atuação fiscalizatória da **Receita Federal** expõe as empresas a situação de permanente insegurança jurídica com fortes impactos econômicos, razão pela qual é preciso

que as próprias empresas defendam a correta interpretação da decisão do STF, utilizando-se de argumentos jurídicos que propiciem o afastamento de exação fiscal que está sendo criada pela **RFB** por mero ato declaratório, alimentando a voracidade arrecadatória.

\*Ana Paula De Raeffray é advogada, doutora em direito pela PUC-SP e sócia do escritório Raeffray Brugioni Advogados

\*Franco Mauro Russo Brugioni é advogado, sócio do escritório Raeffray Brugioni. Vice-presidente da Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética Disciplinar da OAB, secção São Paulo

**Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/07/6905927-visao-do-direito-cobranca-equivocada-em-aposentadoria-especial.html>**

# Voa Brasil: veja quem tem direito e como comprar passagens aéreas a R\$ 200

O governo federal lançou nesta quarta-feira o programa Voa Brasil, que deverá proporcionar passagens aéreas de até R\$ 200. A primeira fase será focada somente em aposentados do **INSS**. Cerca de 23 milhões de pessoas podem ser beneficiadas, segundo o governo.

Quem tem direito ao Voa Brasil?

Como acessar a plataforma do programa Voa Brasil?

Será possível comprar passagem em qualquer voo?

Entenda o que fazer para ter acesso as passagens

O programa não terá subsídios, portanto, o governo não pode forçar as empresas a venderem bilhetes mais baratos. O ministro afirmou que hoje são 112 milhões de passagens de vendidas por ano para 30 milhões de CPFs. O objetivo é aumentar em 10% o número de CPFs compradores.

Os aposentados poderão acessar o site do Voa Brasil o ano todo, mas as chances de conseguirem passagens é maior na baixa temporada, já que as companhias aéreas vão disponibilizar os bilhetes mais baratos apenas quando houver uma tendência de sobra na oferta de passagens.

O programa é uma ideia antiga do governo, prometida pelo ex-ministro da pasta Márcio França para agosto de 2023. O atual ministro Silvio Costa Filho justificou a demora no lançamento às dificuldades de se formatar um programa para facilitar o acesso da população ao transporte aéreo, sem subsídios do governo.

O ministro alega que o programa vai começar a funcionar como um piloto. A meta é, no início de 2025, incluir alunos inscritos nos programas estudantis do governo federal, além de pensionistas do **INSS**.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/25/voa-brasil-veja-quem-tem-direito-e-como-comprar-passagens-aereas-a-r-200.ghtml>**



# Ministério lança Voa, Brasil para beneficiários do INSS

**Rafael Bitencourt De Brasília**

Em solenidade discreta no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos, o governo lançou nesta quarta-feira (24) o programa "Voa, Brasil" em versão menos ambiciosa do que a idealizada no início do governo para popularizar o acesso ao transporte aéreo. Antes, a iniciativa previa a oferta de passagens de até R\$ 200 para estudantes do Proni. Agora, o benefício alcança, em sua primeira fase, apenas para aposentados do **INSS** que não voaram nos últimos 12 meses.

O programa teve o lançamento remarcado por diversas vezes, o que aconteceria com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento oficial no Palácio do Planalto. Os sucessivos cancelamentos eram feitos por motivo de agenda do presidente e dificuldade de formatação da plataforma que está integrada aos sistemas de comercialização de passagens das companhias aéreas.

O desenho do programa partiu do então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Ele enxergou a oportunidade de aproveitar os assentos ociosos dos aviões comerciais que voam no país, em torno de 20% no ano. Por se precipitar na divulgação do programa, sem antes alinhar com os ministros do Palácio do Planalto, França - atual ministro do Empreendedorismo - chegou a levar um pito do próprio presidente por lançar a ideia sem combinar com a Casa Civil.

Ao chegar ao comando da Pasta, o ministro Silvio Costa Filho assumiu a missão de levar à frente a política de incluir mais brasileiros no transporte aéreo. Para ver o programa acontecer, Costa Filho escalou Tomé Franca como secretário nacional de aviação civil.

Na solenidade de ontem, o técnico explicou que as passagens mais baratas serão oferecidas a 23,3 milhões de aposentados. Segundo ele, não há restrição de renda para os aposentados, mas apenas a exigência de não ter viajado no período de um ano. Cada um terá o direito a dois bilhetes aéreos por ano.

O sistema de oferta de passagens do Voa Brasil, exige também que o beneficiário tenha cadastro no portal Gov.Br, com nível de certificação "Prata" ou "Ouro". "É com base no cadastro da polícia federal que vamos

garantir que o acesso ao programa seja feito de fato pelo programa", disse o secretário nacional de aviação civil.

Franca informou que mais de 3 milhões de passagens já estão disponíveis na plataforma do Voa, Brasil para os aposentados do **INSS**. Esse número, segundo ele, representa uma pequena fração dos 20% de assentos ociosos das companhias aéreas.

Ontem, A solenidade foi acompanhada por executivos das principais companhias aéreas, Latam, GOL e Azul e integrantes do governo, entre eles Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Mdic, Anal Carla Lopes, ministra em exercício do Turismo.

Em discurso, Costa Filho respondeu a críticas pela demora em oficializar o Voa, Brasil. "Não é fácil fazer um programa para 23 milhões de brasileiros", afirmou, ressaltando que mais de 90% desse público recebe até dois salários mínimos. O ministro lembrou que iniciativas, como Bolsa Família e Proni, também demandaram bastante tempo de preparação até serem oficializadas.

Em apoio ao colega de governo, Alckmin afirmou que o programa "começou bem", com o público de aposentados. Ele lembrou que são pessoas que, em geral, "têm mais tempo", podem viajar fora de temporada e aproveitar ofertas com preços promocionais em hotéis e restaurantes.

No ano passado, o país registrou o total de 91,4 milhões de passageiros transportados em voos domésticos. O setor ainda se recupera do baque financeiro que representou a crise vivida durante a pandemia da covid-19.

No evento, Costa Filho falou do esforço do governo em aprovar medidas de créditos no Congresso que vão permitir a oferta de ao menos R\$ 5 bilhões. Isso, disse, vai ajudar a requalificar aeronaves que estão paradas no Brasil por falta de manutenção.

Na ocasião, o presidente da Azul, John Rodgerson, falou pelo setor. Numa brincadeira, ele disse que chegou a comemorar o preço da passagem definida pelo governo, pois havia pensado que seria de US\$200.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>**

# Presidente do BC rebate críticas ao aumento de fraudes com o Pix

São Paulo - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, rebateu ontem as críticas sobre aumento no número de fraudes com o Pix. Ele disse que, na comparação com diversos outros sistemas, o pagamento instantâneo brasileiro, desenvolvido pela autarquia, é bem mais seguro.

"Às vezes eu vejo uma narrativa nesse tema de segurança que é muito fora da realidade. Eu vejo, de vez em quando, os artigos escrevendo que o número de fraudes aumentou muito. Não, o número de fraudes aumentou muito porque muitas coisas passaram a ser feitas com o Pix. A conta que você tem que fazer não é em números absolutos", disse durante evento sobre blockchain no Rio de Janeiro.

Segundo Campos Neto, enquanto o Pix apresenta sete fraudes a cada 100 mil operações, nos cartões de crédito a média é de 30 fraudes a cada 100 mil operações. Já o sistema da Inglaterra equivalente ao Pix tem uma média de 100 fraudes a cada 100 mil operações, segundo ele.

O presidente do BC mencionou estudos internacionais, como um realizado recentemente pelo Banco Mundial (Bird), que mostram que o Pix tem uma taxa de fraudes abaixo da média mundial.

"É óbvio que quando você passa a ter 224 milhões de operações por dia, as fraudes crescem. E a gente está tentando combater isso. Mas quando a gente faz a comparação, que é a comparação que deveria ser feita, o Brasil está bem melhor do que muitos outros sistemas. Eu acho que a gente precisa explicar, contar melhor a história", disse Campos Neto.

A declaração foi feita enquanto o presidente do BC dizia que algumas funcionalidades do Pix, como o Pix Agendado e Pix Automático, tiveram atraso no cronograma devido à greve de funcionários do Banco Central e também por conta da necessidade de um cuidado maior com a segurança.

"Em algum momento a gente falou: 'não adianta a gente fazer novas funcionalidades se eu não tiver segurança nas funcionalidades que eu já tenho. Então, como começou a crescer muito mais o número de operações do que a gente imaginava, em um momento a gente fez um freio para focar um pouco mais na segurança", disse o presidente do BC.

Período de silêncio - Campos Neto deixou claro que só falaria sobre moedas digitais e pagamento instantâneo, e deixaria de fora análises sobre **inflação** e economia do Brasil. Os diretores do BC estão no chamado período de silêncio do Comitê de Política Monetária (Copom), o que ocorre antes e depois das reuniões do comitê.

O período se estende da quarta-feira da semana anterior àquela em que ocorre a reunião ordinária, na qual os diretores tomam a decisão sobre o patamar da taxa básica de juros, a Selic, até o momento da publicação da ata da reunião, que é divulgada em até quatro dias úteis, contados da data do término da reunião. (Stéfanie Rigamonti/Folhapress)

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Como mudar de nível na conta GOV.BR

Criada pelo Governo Federal, a conta GOV.BR é um ambiente virtual de autenticação digital única, onde o usuário encontra serviços públicos integrados com a plataforma.

A conta GOV.BR é dividida em três níveis, que refletem a forma como ela é criada ou validada e diferenciam algumas características da conta, em relação a itens como grau de segurança no processo de validação dos dados do usuário, tipos de serviços públicos que podem ser acessados e as transações digitais permitidas.

Como mudar de nível na conta GOV.BR

O nível BRONZE é para quem se cadastrou pelo formulário on-line para validação de dados no **INSS** ou na **Receita Federal**, ou de forma presencial nas Agências do **INSS** e nos postos da Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito).

Nessa categoria, o usuário não consegue realizar serviços como visualizar e compartilhar documentos digitais, fazer assinatura eletrônica ou acessar serviços públicos que exijam maior grau de confiabilidade.

Para aumentar o nível da sua conta gov.br para PRATA ou OURO, você pode usar o próprio aplicativo gov.br e seguir as orientações por lá, e pode também logar na sua conta gov.br e aumentar o seu nível em Selos de Confiabilidade .

O primeiro é para aqueles que se cadastraram por reconhecimento facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH), por validação dos seus dados via internet banking de um banco credenciado e, no caso de servidor público federal, por validação dos seus dados com usuário e senha do SIGEPE.

Já o nível OURO é para quem validou por reconhecimento facial para conferência da foto nas bases da Justiça Eleitoral (TSE), por leitura do QR Code da Carteira de Identidade Nacional ou por Certificado Digital de pessoa física compatível com ICP-Brasil.

**Site:** <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/turismo/como-mudar-de-nivel-na-conta-govbr,e34a109eddb2f290ffb814463f377783oiqi39se.html>

# Equipe econômica elenca prioridades do 2º semestre

**Guilherme Pimenta, Julia Lindner e Marcelo Ribeiro De Brasília**

Diante de um calendário pressionado pelas eleições municipais, a equipe econômica elegeu prioridades para a pauta que pretende ver avançar no Congresso no segundo semestre. A lista é composta pela conclusão da **reforma tributária**, regras para punir o chamado "devedor contumaz", a agenda verde e projetos ainda a serem enviados para sustentar o Orçamento de 2025. A maior parte dos temas elencados, no entanto, está no meio de uma disputa política entre a Câmara dos Deputados e o Senado.

No cenário traçado por fontes do governo, alguns projetos da agenda econômica que ficaram parados no Parlamento no primeiro semestre, como os que visam reformar o mercado de capitais, o bancário e a lei de falências, devem ficar somente para o próximo ano. Além do calendário eleitoral, pesam nesse planejamento as articulações em torno das disputas pelos comandos das duas Casas do Legislativo.

Em destaque na lista de prioridades do Ministério da Fazenda, está a conclusão da regulamentação do principal projeto da **reforma tributária** no Senado - aquele que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), já aprovado na Câmara. O ritmo da tramitação, no entanto, é alvo de divergência entre deputados e senadores.

Enquanto lideranças do Senado querem que o governo retire a urgência constitucional do texto, aliados do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), discordam do movimento. O alagoano tem argumentado, nos bastidores, que o Senado deveria repetir a fórmula adotada na Câmara. A aprovação ocorreu cerca de 50 dias após a medida chegar ao Legislativo pelas mãos do ministro Fernando Haddad (PT).

A cobrança por celeridade ocorre, porque, diante dos prováveis ajustes feitos pelos senadores, líderes da Câmara querem receber o texto com prazo razoável para uma nova aprovação ainda em 2024.

No Senado, entretanto, a urgência para análise em 45 dias da matéria é vista como "impossível" por líderes de diferentes correntes políticas, especialmente em

função do recesso parlamentar informal, que vai até o início de agosto, e dos preparativos para as eleições municipais.

"A tramitação só se dará no Senado a partir de agosto, quando o presidente [do Senado, Rodrigo Pacheco] despachar isso para a CCJ e a CCJ me designar relator. Mas o Senado não vai votar isso em 45 dias, não tem a mínima chance", disse o senador Eduardo Braga (MBD-AM). "Se tiver que trancar a pauta, caso o governo não retire a urgência, paciência", acrescentou.

ocorrer no Senado. Além disso, argumentam que, na prática, os deputados tiveram praticamente seis meses para tratar da regulamentação, considerando a data em que a votação da reforma foi concluída no Congresso e depois sancionada, no fim de 2023.

O segundo projeto, que institui o Comitê Gestor do IBS/CBS, é menos polêmico e não deve encontrar resistência no Parlamento, segundo essas fontes. A votação na Câmara está prevista para ocorrer na primeira semana de esforço concentrado após o recesso parlamentar, entre 12 e 14 de agosto. Depois, seguirá ao Senado. Reservadamente, parlamentares apostam que a medida enfrentará bem menos dificuldades para avançar nas duas Casas.

Já o projeto que pune o devedor contumaz é a segunda prioridade para a pasta no segundo semestre. O Valor apurou que chegou a ser cogitado incluir as regras de punição aos sonegadores de **impostos** no âmbito da medida provisória (MP) do PIS/Cofins, mas como houve sinalizações de que as regras serão votadas a partir de agosto, apesar da resistência de alguns congressistas, a Fazenda optou por mantê-las no projeto de lei.

O projeto, de um lado, privilegia os bons pagadores de **impostos**, com uma relação mais harmoniosa com a **Receita e benefícios fiscais** (os programas Confia e Sintonia). De outro, punia os que buscam artifícios para não pagarem **tributos**.

De acordo com fontes da Fazenda, o projeto de autoria do Executivo, hoje na Câmara, pode ser "mesclado" com o PLP 164/22, relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Esse cenário ganha ainda mais força pela posição de

Lira que resiste ao avanço da medida nos moldes encaminhados pelo governo ao Congresso. "Do jeito que esse texto veio para cá, ele não andaria, porque veio com uma subjetividade muito forte", disse Lira ao Valor.

Outro projeto que também pode avançar relacionado ao tema é o PLP 125/2022, que institui o Código de Defesa do Contribuinte e flexibiliza as hipóteses de caracterização do devedor contumaz. A matéria é relatada pelo líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), que atualmente está licenciado.

Segundo Efraim, o projeto, de iniciativa de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), poderá ser avaliado após as eleições municipais. Se for preciso, ele diz que também será possível compatibilizar o conteúdo de mérito com a Câmara.

Em outra frente, a Fazenda enviará ao Congresso projetos para sustentar o Orçamento de 2025, tanto do lado da receita quanto da despesa. A proposta orçamentária deve ser enviada ao Legislativo até o dia 31 de agosto.

A equipe econômica também quer avançar com a chamada "pauta verde". A lista de projetos inclui o texto que regulamenta o mercado de carbono e a proposta que regulamenta a exploração de energia elétrica em alto mar (offshore), como por geração eólica. Ambos estão no Senado, mas têm dificuldades de avançarem função de atritos com a Câmara.

No caso do mercado de carbono, há ruído principalmente sobre quem dará a palavra final na tramitação. No ano passado, a Câmara pensou o projeto aprovado inicialmente pelo Senado (PL 412/22) a um outro que já tramitava na Casa (PL 2148/15).

Aliados de Pacheco dizem que ele deve buscar formas de priorizar o texto da Casa, de forma que a matéria não precise mais retornar à Câmara, mas os deputados resistem a essa ideia. Diante do impasse, o projeto segue na gaveta de Pacheco aguardando despacho há meses, até mesmo a designação da relatoria, que deve ser novamente a senadora Leila Barros (PDT-DF). A expectativa é de que a deliberação ocorra na segunda semana de agosto.

Alguns técnicos do Senado argumentam que uma saída seria o plenário da Casa analisar somente as mudanças feitas pela Câmara ao PL 412/22. Se elas forem rejeitadas, o projeto iria direto à sanção. Do contrário, voltaria para análise dos deputados. A iniciativa, entretanto, seria alvo de judicialização, segundo o próprio Lira adiantou.

O texto que trata das eólicas offshore também passa

por um impasse. O relator da matéria, We-verton (PDT-MA) está receoso em retirar alguns "jabutis" inseridos pelos deputados, de acordo com pessoas próximas. Um deles estende o prazo de operação das usinas a carvão mineral, de 2029 para 2050, contratadas como Reserva de Capacidade no formato de energia.

Um cálculo feito pela TR Soluções revelou que as emendas incorporadas pela Câmara dos Deputados têm o potencial de resultar em aumentos tarifários adicionais médios variando entre 2,29% e 8,78% nas tarifas de energia para consumidores residenciais nos próximos anos.

Com a agenda tomada por esses outros projetos, a maioria das propostas da pauta microeconômica, que visam melhorar o ambiente de crédito e o mercado de capitais no Brasil, deve ficar para 2025, admitem fontes.

A Fazenda comemorou a aprovação no Senado do novo marco seguros, no fim de junho, e acredita que a pauta deve avançar em definitivo na Câmara no segundo semestre.

O PL que aprimorou a lei das falências, já aprovado pela Câmara, também pode ficar para 2025 no Senado, segundo a Fazenda. A pasta até tem uma preferência de "adiar" o projeto para ganhar mais tempo para negociar com os senadores, já que avalia que o texto aprovado pela Câmara não ficou adequado e, agora, é necessário colocar um "freio de arrumação".

Alguns senadores consideram que o governo só determinou a urgência constitucional após as tratativas estarem mais encaminhadas na Câmara, o que está longe de "o Senado não vai votar isso em 45 dias, não tema mínima chance" Eduardo Braga

"Esse texto veio para cá com uma subjetividade muito forte" Arthur Lira

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>**



# Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou em entrevista à GloboNews, na noite desta quarta-feira (24), as propostas que serão apresentadas ao presidente Lula (PT) no debate sobre a segunda etapa da **reforma tributária**, no segundo semestre deste ano.

Segundo ele, as propostas, agora sobre renda, terão dois caminhos: ampliar o teto de isenção do Imposto de Renda ou reduzir a alíquota de consumo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participa de reunião da força-tarefa da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no Rio de Janeiro - Tita Barros/Reuters

"Vamos entregar alguns cenários de como vemos a oportunidade de fazer a reforma para melhorar a distribuição da renda e, se possível, promover ou o aumento das taxas de isenção ou uma diminuição da alíquota do imposto sobre consumo", disse.

Segundo ele, a tarefa do Ministério da Fazenda é lutar por princípios gerais adequados e modernos, "à maneira como os países desenvolvidos fazem".

Ele citou também a criação da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, com técnicos que fazem as contas para que deputados e senadores possam tomar decisões a partir de cálculos validados pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

"Isso vai estabelecer parâmetros que fazem com que a decisão política se torne mais segura", afirmou.

Sobre o orçamento fiscal para 2025, o ministro voltou a falar sobre a dívida de R\$ 200 bilhões deixada pelo governo anterior. Disse também que a meta de alcançar o déficit zero este ano não foi alcançada porque o Congresso não aprovou o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores e de municípios e do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos).

"Se a Medida Provisória que encaminhamos ano passado tivesse sido aprovada na íntegra, eu diria com grau elevado de confiança que iríamos atingir o objetivo de equalizar as contas primárias", opinou.

Haddad disse que é legítimo o debate sobre as regras

atuais de vinculação orçamentária e reforçou que existem muitos estudos técnicos do governo em torno disso.

"Vamos entregar um orçamento fiscal para o ano que vem bastante consistente, com base no trabalho que vem sendo feito desde o ano passado", prometeu. "Como o presidente Lula não cansa de frisar: vamos fazer o que for necessário para colocar o país em ordem e com justiça social. Não queremos prejudicar o crescimento, não queremos prejudicar os mais pobres, o pobre tem que estar no orçamento, mas quem não paga imposto, tem que voltar a pagar. Senão a gente não equilibra as contas".

No Rio de Janeiro para participar do G20, o ministro defendeu a taxação dos mais ricos para financiar o combate à fome no mundo, principalmente em países com renda muito baixa.

Admitiu, no entanto, que esse é um longo debate e uma ideia que terá desdobramentos como perspectiva importante do ponto de vista humanitário.

Em relação ao imposto sobre herança, alvo de críticas de Lula nesta semana por ser de apenas 4%, Haddad afirmou que essa é uma questão estadual que deverá ser tratada pelos governadores junto ao Senado.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/quem-nao-paga-imposto-tem-que-voltar-a-pagar-diz-haddad.shtml>



# Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez na noite de quarta-feira uma defesa da **reforma tributária**, em fase de regulamentação no Congresso, e afirmou que quem não paga imposto no Brasil precisa voltar a pagar para que o governo possa reequilibrar as contas públicas.

Em entrevista à GloboNews, Haddad afirmou que o país tem um déficit absurdo há cerca de dez anos e que o governo tem procurado corrigir o problema.

Quem não paga imposto tem que voltar a pagar, senão a gente não reequilibra as contas, disse o ministro, que na entrevista voltou a citar o impacto da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia sobre a arrecadação.

Com foco nas contas de 2024, na última segunda-feira os ministérios do Planejamento e da Fazenda confirmaram a necessidade de contenção de 15 bilhões de reais em verbas de ministérios para levar a projeção de déficit primário do governo central em 2024 a 28,8 bilhões de reais -- exatamente o limite inferior da margem de tolerância da meta de déficit zero.

Um dos fatores que levou ao congelamento foi o aumento da projeção de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) -- programa do governo que garante renda a portadores de deficiência e idosos.

Questionado sobre como será feita a contenção de 15 bilhões de reais sem que ela afete os programas sociais, Haddad lembrou que em 2023 o governo federal economizou no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) com a identificação de fraudes.

Houve um descontrole de vários cadastros no governo federal, afirmou, defendendo o restabelecimento de filtros que possam identificar pagamentos indevidos.

Ano passado foi feito trabalho neste sentido no MDS que economizou alguma coisa em torno de 9 bilhões de reais, simplesmente fazendo valer a lei e aquilo que o legislador entendeu que é o correto fazer, reforçou, sem detalhar eventuais congelamentos a serem feitos em outras áreas da máquina pública.

Durante a entrevista, Haddad também foi questionado em duas oportunidades sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal no médio prazo -- especificamente a partir de 2026 ou 2027 -- considerando o crescimento dos gastos com previdência, saúde e educação.

O ministro reconheceu que existe hoje um debate legítimo sobre o assunto, mas limitou-se a afirmar que o governo entregará um orçamento fiscal para 2025 bastante consistente.

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Na entrevista, Haddad também defendeu o andamento do projeto de regulamentação da **reforma tributária**, atualmente em tramitação no Senado.

Questionado sobre a possibilidade de a matéria levar mais tempo que o previsto na Casa, Haddad afirmou que é natural que o Senado queira opinar.

Não vejo preocupação que o Senado ocupe o segundo semestre com este debate. Mas confio muito nas lideranças... que fizeram ano passado excelente trabalho de costura, para não atrasar a sanção da regulamentação que tem tudo para acontecer este ano, disse.

Haddad lembrou que a mudança da tributação sobre o consumo -- atacada pela **reforma tributária** -- é a mais complexa no Brasil, mas indicou que o governo pretende, em um segundo momento, tratar da tributação da renda.

O debate sobre a renda acontece com lei ordinária, e não com emenda constitucional. Contudo, sob o ponto de vista político, é um assunto mais espinhoso, afirmou. Pretendemos entregar para o presidente da República cenários de como nós vemos a oportunidade de fazer a reforma sobre a renda, para melhorar a distribuição de renda, acrescentou.

## **TRIBUTAÇÃO DE SUPER-RICOS**

Haddad também voltou a defender durante a entrevista à GloboNews a tributação global de super-ricos -- um tema caro ao Brasil nesta semana, com o encontro de autoridades da área financeira do G20 no Rio de Janeiro.

O ministro afirmou que a taxaçaõ busca atingir 3.400 famílias do mundo que detêm 15 trilhões de dólares de patrimônio, mas que utilizam atualmente artifícios para pagar menos **impostos**. Segundo Haddad, a proposta vem ganhando o apoio de outros países.

Duas autoridades do G20 disseram à Reuters, porém, que os líderes financeiros do G20 estão preparando uma declaração conjunta para esta quinta-feira em apoio à tributação progressiva, que não chegará a endossar a proposta do Brasil de um imposto global dos bilionários .

França, Espanha, Colômbia, Bélgica e União Africana apoiaram a ideia de tributação dos super-ricos, juntamente com a África do Sul, que assumirá a presidência do G20 no próximo ano. No entanto, a ideia sofreu resistência de grandes nomes, inclusive da secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen.

Uma das ideias é a de que os recursos da tributação possam contribuir para a erradicação da fome em todo o mundo.

O Brasil tem recursos suficientes para, durante este mandato do presidente Lula, tirar o país do mapa da fome , disse Haddad. Em relação ao mundo, o desafio é maior. Temos países com renda muito baixa.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/quem-nao-paga-imposto-tem-que-voltar-a-pagar-diz-haddad,1654e9b4816021b140c11903495e92596ikgbjg3.html>**

# Haddad: se regras de vinculação não mudarem, despesas obrigatórias vão comprimir demais gastos

SÃO PAULO E BRASÍLIA - O ministro da Fazenda , Fernando Haddad , disse nesta quarta-feira, 24, que, caso as regras de vinculação do Orçamento não sejam alteradas, as despesas obrigatórias irão comprimir os gastos discricionários (não obrigatórios, como recursos para custeio e investimentos) do governo federal . A desvinculação do Orçamento é uma proposta apresentada pela Fazenda e pelo Planejamento para ajustar as contas públicas.

Em entrevista à GloboNews na noite da quarta, o ministro disse ainda que estão sendo traçados cenários para o aumento das faixas de isenção e para a diminuição da alíquota sobre o consumo, em meio à regulamentação da **reforma tributária** .

Ao ser questionado sobre a discussão em torno do indexador da dívida dos Estados, o ministro reforçou que o indexador dos débitos merece ser revisado. Contudo, disse Haddad, um acordo com os Estados não pode desarrumar as contas da União .

Há parâmetros aceitáveis para negociação com Estados sobre dívida. Temos de entrar em entendimento, inclusive com Estados não devedores , disse.

Haddad afirmou também que os cálculos da Fazenda estavam corretos, o que significa que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a desoneração da folha de pagamentos vão custar R\$ 40 bilhões aos cofres públicos em 2024.

A desoneração da folha foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas.

Sobre a relação entre a Fazenda e o Banco Central, Haddad disse que a autarquia precisa entender que a Fazenda faz um trabalho diário de acompanhamento das contas. O BC vai fazer todas as contas para tomar

melhor decisão para País , disse o ministro, ponderando que há desafios externos.

O ministro da Fazenda, que recentemente defendeu a aplicação de um pente-fino nos programas sociais que resultou em uma economia de R\$ 26 bilhões, disse ainda que o governo quer resgatar a robustez dos programas sociais.

Queremos resgatar robustez dos programas sociais, mas houve descontrole de cadastros , afirmou o ministro. Ele acrescentou achar natural que os técnicos estejam debruçados sobre os pisos da Saúde e da Educação.

O ministro reiterou ainda que irá perseguir o déficit primário zero, sobretudo com um cenário internacional desafiador como o que se apresenta.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/haddad-se-regras-de-vinculacao-nao-mudarem-despesas-obrigatorias-vao-comprimir-demais-gastos,98388612a161c293735b4063bd4364adg7qrhuhy.html>**

# Haddad: desenvolvimento sustentável é desafio global

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (24) que o Brasil se une aos demais países signatários do Quadro Global de Financiamento Climático, endossado durante a COP 28, nos Emirados Árabes Unidos, destacando que esse instrumento se conecta com alguns dos principais compromissos da presidência brasileira do G20.

"Estou confiante que através da nossa sabedoria coletiva, determinação e colaboração, podemos traçar um curso em direção a um futuro mais sustentável e próspero", disse Haddad, ao participar do evento "Emirados Árabes Unidos COP28-G20 Brasil Finance Track, no Rio de Janeiro.

Haddad elencou as prioridades sobre finanças sustentáveis na presidência do G20. Agradeceu o compromisso dos países árabes em enfrentar a crise climática, que considera um dos desafios mais urgentes da atualidade, "ao mesmo tempo em que reforçam a luta para reduzir as desigualdades e manter o desenvolvimento sustentável de nossas economias".

O ministro destacou que os países se reuniam em um momento crítico, marcado por tragédias ambientais como as recentes inundações que devastaram o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, que provam a urgência de agir contra a mudança do clima. Defendeu que a necessidade de um esforço global coordenado "nunca foi tão evidente".

"Sabemos que mais de um terço da economia global estão expostos a riscos físicos relacionados às mudanças climáticas. Até 2050, caso o aquecimento global não seja mantido bem abaixo de 2 graus Celsius, cerca de 4,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial poderão ser perdidos anualmente na ausência de medidas de adaptação. As decisões que tomarmos e as ações que realizarmos em fóruns como o G20 e a COP ressoarão globalmente e definirão o legado que deixaremos para as futuras gerações", indicou o ministro.

**Site:** [https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google_vignette)

# Haddad diz que G20 poderá fazer declaração conjunta sobre taxaçoão de super-ricos

SÃO PAULO E BRASÍLIA - O ministro da Fazenda , Fernando Haddad , disse nesta quarta-feira, 24, que o Brasil não depende de outros países para sair do Mapa da Fome da mesma forma como dependia nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva . Segundo o ministro, em entrevista à GloboNews, o Brasil tem recursos suficientes para resolver a questão.

Já com relação ao mundo, de acordo com Haddad, a situação é mais complicada porque há uma grande quantidade de países sem recursos para combater a fome e a desigualdade . Durante todo o dia, no G20 , o tema da desigualdade e do combate à fome foi recorrente em reuniões, várias das quais com a participação do ministro.

Haddad também fez menção à proposta defendida pelo governo para a criação de uma taxaçoão global ricos como uma alternativa para se erradicar a fome no mundo. A proposta ganhou apoio de vários presidentes, como (Joe) Biden e (Emmanuel) Macron , disse o ministro.

O Brasil, segundo ele, propõe a taxaçoão de 3.400 famílias no mundo que detêm US\$ 15 trilhões em patrimônio. O ministro disse ainda que é possível que uma declaração conjunta dos países sobre a taxaçoão global saia nesta semana.

Teremos uma semana decisiva sobre a taxaçoão global. Pode ser que saia uma declaração , afirmou. Ele acrescentou que, no nível técnico, já há consenso sobre o texto.

O ministro reiterou que a regulamentação da **reforma tributária** terminará neste ano. Questionado sobre o que pensa das alterações que poderão ser feitas no projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** pelo Senado , Haddad disse que a regulamentação tributária tem detalhes importantes e é natural que o Senado revise algumas coisas .

O ministro voltou chamar a atenção para o fato de que toda exceção na **reforma tributária** provoca aumento da alíquota padrão, não na média. Hoje, a alíquota padrão está em 26,5%, mas cálculos feitos pela Fazenda mostram que, se não fossem as exceções, a alíquota poderia ter ficado em 21%.

Toda exceção na **reforma tributária** provoca aumento da alíquota padrão, não na alíquota média , disse.

O ministro afirmou também que, do ponto de vista político, a reforma do imposto sobre a renda é mais espinhosa, e que a Fazenda planeja entregar ao presidente Lula alguns cenários para reforma sobre a renda.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/haddad-diz-que-g20-podera-fazer-declaracao-conjunta-sobre-taxacao-de-super-ricos,aec13415c2a7ab1279f15c1ffcd755b1ki2k7rk8.html>

# Fazenda prepara cenários para a reforma tributária da renda

Por *Jéssica Sant'Ana - De Brasília*

25/07/2024 05h00 Atualizado há 2 horas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quarta-feira (24) que apresentará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste segundo semestre "cenários" para uma reforma do Imposto da Renda (IR).

"Pretendemos entregar para o presidente da República cenários. Obviamente que ele vai decidir politicamente qual vai encaminhar, mas alguns cenários de como nós vemos a oportunidade de fazer reforma sobre a renda para melhorar a distribuição de renda, e, se possível, promover ou um aumento das faixas de isenção ou diminuição da alíquota do imposto sobre consumo, são possibilidades que estarão na mesa do presidente agora no segundo semestre", disse o ministro em entrevista à GloboNews.

Ele comentou, ainda, que a **reforma tributária** da renda é um assunto "mais espinhoso" que a reforma do consumo.

É uma promessa de campanha do presidente da República isentar quem ganhar até cinco salários mínimos de pagamento de Imposto de Renda, o que ainda não foi cumprido. Haddad citou, na entrevista, a possibilidade de aumentar as faixas de isenção ou reduzir a alíquota dos futuros IBS e CBS, os **impostos** do tipo sobre valor agregado que serão criados com a reforma do consumo.

Sobre esta etapa da **reforma tributária** sobre consumo, Haddad defendeu que a regulamentação seja aprovada ainda neste ano pelo Congresso. "Não há por que prorrogar esse prazo. Regulamentação não carece de prazo maior do que o que foi acordado", acrescentou.

Contudo, ele avaliou que a regulamentação tem "detalhes importantes", então é "natural que o Senado queira opinar sobre o assunto". "Não vejo com preocupação o Senado ocupar o segundo semestre com esses debates."

Ele disse, ainda, que confia nas lideranças do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e do senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator, e no compromisso

feito de regulamentar a reforma do consumo ainda em 2024.

Equipe econômica sinaliza ser contra retirada de urgência da reforma do consumo

O ministro da Fazenda também frisou que, do ponto de vista técnico, toda exceção provoca aumento da alíquota padrão, antes estimada em 26,5% (o novo número ainda não foi divulgado). Porém, ele destacou que a alíquota média - que inclui os setores desonerados - ficará entre 21% e 22%.

Em relação ao cenário fiscal, o ministro voltou a repetir que uma coisa é a meta, outra o resultado primário. "O resultado primário depende dos três Poderes", frisou Haddad.

Ele também disse que o Banco Central precisa entender que a equipe econômica está fazendo um trabalho diário de acompanhamento das contas públicas, inclusive tendo anunciado uma retenção de R\$ 15 bilhões para garantir o cumprimento da meta, na banda inferior (déficit de R\$ 28,8 bilhões). Na próxima quarta-feira, haverá reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

**Site:**

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/25/fazenda-prepara-cenarios-para-a-reforma-tributaria-da-renda.ghtml>

# Lula defende tributar bilionários e critica pagamento de imposto por países pobres

Durante o G20, que ocorre no Rio de Janeiro, e tem como um dos focos a luta contra a fome, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou, nessa quarta-feira (24/07), a necessidade urgente de taxação dos super-ricos e criticou duramente os altos pagamentos de juros das dívidas dos países mais pobres. Lula enfatizou que a crescente concentração de riqueza, onde bilionários controlam uma parcela significativa do **PIB** global, exacerbou as desigualdades sociais. Ele argumentou que os super-ricos pagam proporções mínimas de **impostos** em comparação com os trabalhadores, e defendeu a cooperação internacional para estabelecer padrões tributários globais mais justos. Essas discussões são centrais nas negociações atuais do G20 no Rio de Janeiro, onde ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais buscam um consenso sobre políticas econômicas mais equitativas.

Durante o evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou a estimativa de que um imposto de 2% sobre grandes fortunas poderia gerar até US\$ 250 bilhões anualmente, destacando sua potencial contribuição para iniciativas de combate à fome e à pobreza. Lula também criticou o imposto sobre herança no Brasil, considerando-o demasiadamente baixo em comparação com outros países, o que, segundo ele, desincentiva doações e investimentos sociais significativos. O presidente brasileiro enfatizou ainda a necessidade de uma representação mais equitativa dos países em desenvolvimento nos organismos multilaterais, como uma condição crucial para enfrentar eficazmente questões globais como a fome e a pobreza. A expectativa é a de que Brasil e Bangladesh sejam os primeiros países a aderirem formalmente à iniciativa.

Site: [https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google\\_vignette](https://oestadoce.com.br/digital/25-07-2024-edicao-24879/#google_vignette)



# Taxa sobre super-ricos renderia US\$ 250 bi ao ano, diz Haddad

*(Carolina Nalin e Letycia Cardoso, com Valor)*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender a taxaçoão dos super-ricos e avaliou que, em âmbito global, a medida seria capaz de levantar recursos para ampliaçoão de programas de combate à fome e à pobreza no mundo.

Em discurso no pré-lança-mento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, no Rio, Haddad disse ser "imperativo" haver uma mobilizaçoão para aumentar os recursos voltados ao combate à fome e à pobreza.

- Se os bilionários pagassem o equivalente a 2% de sua riqueza em **impostos**, poderíamos arrecadar de US\$200 bilhões a US\$250 bilhões por ano. Aproximadamente, cinco vezes o montante que os dez maiores bancos multilaterais dedicaram ao enfrentamento da fome e da pobreza em 2022 -disse Haddad, ao citar estudo do economista francês Gabriel Zucman, realizado a pedido do G20.

## PARCERIAS E REFORMA

Para efeito de comparaçoão, o ministro afirmou que os dez maiores provedores multilaterais de financiamento ao desenvolvimento desembolsaram cerca de US\$ 46 bi- lhões em 2022 para combate à miséria, o equivalente a 24,5% de todos os compromissos dos organismos.

- Precisamos buscar inovaçoões e instrumentos de financiamento para o desenvolvimento, parcerias público-privadas, além de apoiar a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento - frisou Haddad.

O ministro também teve um encontro com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen. Ele disse que debateu com Yellen temas que "não são segredo", como a necessidade de estruturar novas fontes de financiamento para enfrentar a fome, a mudança climática e assuntos correlates.

-Temos insistido com os Estados Unidos que uma cooperaçoão técnica entre os países que lideram a produçoão de energia limpa no mundo, que podem fazer um intercâmbio tecnológico para acelerar a transmissáo energética, seria muito benéfica para o continente americano. Temos todas as condições de promover uma transformaçoão ecológica mais

acelerada em relação a outras regiões do mundo - disse Haddad.

O ministro revelou que não conversou com Yellen sobre a taxaçoão de super-ricos, já que o tema vem sendo tratado apenas no âmbito de equipes técnicas.

Na véspera, a embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e coordenadora da Trilha de Finanças do G20, informou que os representantes de Finanças e Bancos Centrais do G20 preparavam, além do **comunicado** oficial, uma declaraçoão inédita sobre cooperaçoão internacional em matéria tributária, que incluirá a taxaçoão de grandes fortunas.

Haddad disse ainda não acreditar que uma vitória de Donald Trump na eleiçoão americana atrapalhará acordos estabelecidos com o país durante o G20: - E difícil opinar sobre eleiçoões em outro país. O que desejamos é que o intercâmbio não seja visto como coisa entre governos, mas entre Estados que têm uma relação muito antiga, que pode ser fortalecida.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Transferir renda é necessário, mas não resolve tudo

**JOÃO SORIMA NETO E VINÍCIUS NEDER**  
*economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO*

Os números divulgado pela ONU sobre a fome no Brasil mostram que, apesar de a extrema pobreza estar no menor nível histórico, a insegurança alimentar ainda é maior do que em 2013, apesar da melhora recente, afirma o economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). Para ele, esses dados mostram que políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e a melhoria do mercado de trabalho são necessárias, mas não suficientes, para resolver o problema da insegurança alimentar.

- Fatores como a alta do preço dos alimentos, com a guerra na Ucrânia, falta de apoio à agricultura familiar, atraso na entrega da merenda escolar, pioraram as condições de insegurança alimentar no país - explica ele, ponderando que não se sabe o peso de cada uma delas no número final e que, quando se olha apenas 2023, houve melhora em ambos indicadores (extrema pobreza e insegurança alimentar).

Por isso, diz Neri, programas como o Bolsa Família têm impacto direto na redução da pobreza, mas não na da insegurança alimentar.

Para o economista, tanto os dados da ONU, através da FAO, referentes a cada triênio, e os divulgados pelo governo, considerando condições de segurança alimentar severa, são indicadores importantes: - O dado da FAO capta a situação a cada três anos e tem flutuações que podem não refletir as condições brasileiras. Já os dados do IBGE seguem a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e são muito bem feitos. Entretanto, são dados que não são comparáveis.

O economista José Giacomo Baccarin, professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp e um dos fundadores do Instituto Fome Zero, avalia que a melhoria de renda, seja via aquecimento do mercado de trabalho ou programas sociais, como o Bolsa Família, explica a redução do número de pessoas em insegurança alimentar.

## ALTA MENOR DE ALIMENTOS

Baccarin lembra que, quando se olha apenas para

2023, a redução da insegurança alimentar é ainda maior. Ele observa que, no ano passado, houve queda no preço dos alimentos, o que também contribui para a melhora dos dados, já que a população mais pobre gasta entre 30% e 40% do orçamento com comida.

- E a melhora deve continuar este ano. Acredito que até 2026 seja possível sair do Mapa da Fome. O principal fator para isso é o aumento de renda, que é acesso garantido ao alimento. A população com renda mais alta melhora tanto a situação financeira quanto a psicológica, deixando de ter a alimentação como preocupação principal -explica ele.

Mariana Pereira, colíder da Força-Tarefa Segurança Alimentar da Coalizão Brasil, avalia que, apesar da melhora do indicador, 8,4 milhões em situação de fome ainda é um patamar elevado. Ela diz que os números devem continuar melhorando.

- Os números caíram num percentual importante, e isso pode ter sido reflexo do aumento do valor do Bolsa Família nos últimos anos. E preciso lembrar que o país voltou a figurar no Mapa da Fome da ONU durante a pandemia - afirma Mariana.

Em 2022, ano da eleição, o Auxílio Emergencial dado no governo Bolsonaro chegou a R\$ 600. No ano passado, o programa voltou a ter o nome de Bolsa Família, nesse mesmo patamar, mas o governo Lula deu um valor adicional para as famílias com gestantes, crianças e adolescentes, com pagamento extra de R\$ 150 para cada criança da casa com até seis anos e de R\$ 50 para os dependentes de sete a 18 anos incompletos. Gestantes também passaram a receber mais R\$ 50.

## AGRICULTURA FAMILIAR

Mariana cita ainda o aumento do crédito rural em 43,3% para agricultura familiar, com juros mais baixos. O novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/ 2025 trouxe mais incentivos para quem produz alimentos básicos. Quem plantar arroz, por exemplo, encontrará juros reduzidos para 3%: -Essa agenda de produzir alimentos em maior quantidade e com mais qualidade está atrelada às mudanças climáticas e é muito importante.

Para Rodrigo Kiko Afonso, diretor-executivo da Ação

da Cidadania, entidade fundada pelo sociólogo Herbert de Souza para atuar no combate à fome, os dados da ONU mostram que as políticas públicas importam no enfrentamento do problema. Na visão dele, a retomada do Bolsa Família, com a volta das regras de contrapartida, como exigir vacinação e frequência escolar das crianças, fez a diferença para reduzir a fome no país em 2023. O avanço não bastou para tirar o país do Mapa da Fome porque a retomada das políticas sociais leva tempo.

- Tenho plena certeza de vamos melhorar os níveis de 2014 (quando o Brasil saiu do Mapa da Fome). E o exemplo que o mundo precisa para concretizar na cabeça que é a política pública que resolve a questão da fome. A fome é uma decisão política -afirma Afonso.

Entenda a definição de fome

Número do IBGE: O Instituto brasileiro usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Sistematizada nos anos 2000, a partir de um modelo usado pelo governo americano para medir segurança alimentar em seu censo demográfico e adaptado à realidade brasileira. São 14 perguntas sobre a situação alimentar do domicílio. A insegurança só é considerada grave quando falta comida para as crianças.

Segurança alimentar: Para o instituto, a família só tem segurança alimentar se tiver acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Dados da ONU: A Organização realiza anualmente o relatório global do Mapa da Fome. A pesquisa usa a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar, composta por oito perguntas que medem a insegurança alimentar em diferentes países. Entre elas, há questões como: "Você estava preocupado por não ter comida suficiente para comer?"; "Comeu apenas alguns tipos de alimentos?"; "Teve que pular uma refeição?"; ou "Ficou um dia inteiro sem comer?"

Insegurança moderada pela FAO: Pelo critério da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), nessa situação, as pessoas não tinham certeza sobre a capacidade de conseguir comida e, em algum momento, tiveram de reduzir a quantidade de alimentos e/ou pular refeições.

Situação grave: As pessoas ficaram sem comida por um dia ou mais.

Subalimentação: Leva em conta o consumo médio de

calorias, ou seja, a quantidade necessária de calorias para que uma pessoa tenha bem-estar.

Diferenças: A FAO não tem a categoria insegurança alimentar leve, portanto, seus números não são comparáveis com os da pesquisa do IBGE.

Mapa da Fome: O país é incluído no Mapa da ONU quando tem mais de 2,5% da população de subnutridos ou subalimentados. O Brasil voltou ao Mapa da Fome durante a pandemia, do qual estava fora, pelo menos, desde o triênio de 2014 a 2016.

Insegurança alimentar leve: Preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos, resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade destes.

Insegurança alimentar moderada: Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.

Insegurança alimentar grave: Corte na quantidade de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Especialistas discutem papel das empresas na preservação da biodiversidade e na promoção da economia verde

## CONTEÚDO PATROCINADO POR CCR

Abrindo o segundo painel do seminário, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, alertou para a urgência da preservação da biodiversidade e criticou os baixos resultados alcançados até aqui. "Os projetos que envolvem participação dos povos indígenas têm comprovada eficácia no alcance dos resultados e merecem mais apoio", frisou. A ministra ainda mencionou a importância da participação do setor privado na agenda da conservação ambiental, convidando as companhias a se envolver e contribuir, abraçando mais responsabilidades. "Grandes empresas podem assumir protagonismo e ajudar na construção de um novo modelo de desenvolvimento social, econômico e ambiental."

A importância do papel dos agentes privados também foi destacada pela presidente do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica, Mareia Hirota, que há 38 anos conta com doações, patrocínios, parcerias e apoio de empresas em projetos de preservação do bioma da Mata Atlântica - extremamente rico e um dos mais ameaçados do mundo. "Olhando para a história de devastação, hoje temos apenas 24% da área original."

Sobre esse ponto, o Grupo CCR anunciou que sua plataforma de Aeroportos acaba de aderir à Declaração de Buckingham, iniciativa internacional de combate ao tráfico de espécies silvestres. "O Brasil responde por 10% desse comércio ilegal. Estima-se que 38 milhões de animais sejam traficados a cada ano no país", comentou Fabio Russo, presidente da CCR Aeroportos. Para coibir essa prática, os colaboradores da CCR Aeroportos estão sendo capacitados para identificar e ajudar as autoridades no combate a esse crime ambiental por meio de um projeto-piloto no Aeroporto de Foz do Iguaçu, a ser replicado em outros 15 terminais da CCR no Brasil.

O climatologista Carlos Nobre destacou o potencial subutilizado da rica biodiversidade que o país tem. Segundo o especialista, as cadeias de açaí, mandioca e outras espécies nativas representam apenas 0,3% do **PIB** brasileiro. "Por que usamos tão pouco a mais rica biodiversidade do planeta?", provocou. Para ele, o

desafio da política atual é a neointustrialização. "Devemos criar uma

grande nova sociobioeconomia de floresta em pé. Esse é o nosso grande potencial e é imprescindível para salvar a Amazônia."

## MIT DA AMAZÔNIA

Durante o encontro, Carlos Nobre reforçou a previsão da criação de um instituto de tecnologia na Amazônia nos mesmos moldes do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e com padrões do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). O projeto, conhecido como Instituto de Tecnologia da Amazônia (AmIT), deve envolver os países da Floresta Amazônica com polos de inovação capazes de produzir alta tecnologia. "Agora, o desafio é trazer o conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais para dentro desse instituto", afirmou. O projeto está em fase de estudo e deve contar com recursos públicos e privados para sair do papel.

"Os projetos que envolvem participação dos povos indígenas têm comprovada eficácia no alcance dos resultados e merecem mais apoio"

SONIA GUAJAJARA ministra dos Povos Indígenas

### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>

# Dados melhoram, mas 8,4 milhões têm fome no país

**Paula Martini e Camila Zarur Do Rio**

O total de pessoas subnutridas no Brasil equivale a 3,9% de toda a população brasileira ou 8,4 milhões de pessoas, segundo o relatório: "O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOH, na sigla em inglês) das Nações Unidas", divulgado ontem. O levantamento considera dados do triênio de 2021 a 2023.

Para estar fora do Mapa da Fome, o percentual precisa ser menor do que 2,5% da população. O Brasil deixou de estar entre os países abaixo do nível mínimo de fome e desnutrição a partir do triênio de 2019 a 2021. Nesses anos, o percentual de subnutrição no país era de 4,1% da população, equivalente a 8,6 milhões de pessoas. O agravamento da fome no Brasil se deu pela pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022.

O Brasil havia deixado o Mapa da Fome em 2014, quando chegou a um patamar menor de 2%, cerca de 3,4 milhões de pessoas. Para comparação, o relatório da ONU dá como base o triênio de 2004 e 2006, quando o Brasil tinha 6,2% da população subnutrida, o equivalente a 11,7 milhões de pessoas.

O documento anual, elaborado por cinco agências especializadas das Nações Unidas, foi lançado no Rio de Janeiro. É a primeira vez que o relatório é apresentado fora dos escritórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália, e em Nova York, Estados Unidos. O relatório indica que cerca de 6,6% da população brasileira vive em insegurança alimentar severa. Significa que 14,3 milhões de brasileiros não sabem quando vão fazer a próxima refeição.

No mundo, cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023. O número equivale a uma em cada 11 pessoas em todo o planeta, e uma a cada cinco na África. Segundo ONU, os níveis globais retrocederam 15 anos, chegando a um patamar semelhante ao de 2008 e 2009.

Se as tendências atuais continuarem, cerca de 582 milhões de pessoas estarão cronicamente subnutridas em 2030, metade delas na África, alertam as agências das Nações Unidas. A projeção se aproxima dos níveis registrados em 2015, quando os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados.

A ONU aponta uma combinação de fatores para o aumento da insegurança alimentar e a má nutrição global, como a **inflação** do preço dos alimentos, os conflitos geopolíticos, as mudanças climáticas e as desacelerações econômicas. As tendências regionais variam significativamente. A porcentagem da população que passa fome está aumentando na África (20,4%), melhorou na América Latina (6,2%) e permaneceu estável na Ásia (8,1%), embora a região abrigue mais da metade das pessoas que enfrentam o problema.

Na apresentação do relatório, representantes das Nações Unidas alertaram para necessidade de destravar fontes de financiamento voltadas para programas de combate à fome e à desnutrição, sobretudo nos países mais pobres. "Precisamos estar prontos para isso e aumentar [os recursos] em todas as dimensões, além de misturá-los de maneira colaborativa. Não podemos permitir que os mais vulneráveis tenham menos acesso a esses financiamentos", disse o diretor-geral da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), QU Dongyu.

O relatório mostrou que entre os 119 países de baixa e média renda analisados 63% têm acesso limitado ou moderado ao financiamento. Além disso, a maioria desses países (74%) é afetada por um ou mais fatores importantes que contribuem para a insegurança alimentar e a má nutrição.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>



# Com inflação ainda elevada, expectativa de retomada na Argentina fica para 2025

**Roberto Lameirinhas De São Paulo**

A expectativa de retomada do crescimento econômico na Argentina, inicialmente prevista pelo presidente Javier Milei para este semestre, ainda não aparece no horizonte e muitos economistas já descartam uma recuperação este ano. Os mais recentes indicadores apontam uma contínua queda no consumo e na atividade econômica, enquanto a **inflação** parou de cair, o que acendeu o sinal de alerta no governo, que tem como prioridade garantir uma trajetória constante de queda da taxa.

Analistas apontam duas razões para essa mudança nas expectativas. A primeira é que o governo, empenhado na política de déficit zero e em meio à recessão, exauriu sua capacidade de investimento para fomentar os vários setores da economia. E a segunda é que o governo Milei não quer colocar em risco sua principal bandeira política, o combate à **inflação**, reativando a atividade econômica enquanto não conseguir as condições para eliminar os controles cambiais.

"O governo acredita que seus eleitores valorizam mais a queda da **inflação** do que a rápida recuperação do crescimento", diz o analista argentino Sérgio Berensztein. "Nessa negociação, preferem manter a tendência de queda da taxa de **inflação** do que investirem reativação da economia. Diante disso, o governo não tem interesse de acelerar o ciclo econômico."

Ontem, o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec) mostrou que as vendas nos supermercados da Argentina caíram 9,7% ao ano em maio, depois de cair 12,4% em abril - um mês marcado por vários feriados nacionais. O índice de vendas totais caiu em maio para 76,5% do que era no início da série histórica, em dezembro de 2017.

Também ontem, um levantamento da consultoria Nielsen IQ apontou que o consumo na Argentina caiu 15,5% ao ano em junho. No primeiro semestre, a queda foi 18% em termos anuais.

Inicialmente, Milei e muitos economistas privados esperavam ver sinais de uma retomada econômica já a partir de abril. Depois, passaram a projetar uma recuperação para o início do segundo semestre, algo

que agora também parece pouco provável, empurrando as esperanças de uma possível retomada para 2025 - quando a Argentina realiza eleições legislativas, o que pode colocar o governo sob pressão dos aliados e das províncias por mais gastos.

A frustração com a falta de um plano de ação do governo Milei para retomar o crescimento tem incomodado os principais setores econômicos e alimentado uma pressão cada vez maior nas taxas de câmbio. Isso em meio à pobreza que atinge índices acima dos 50%, com o desemprego em alta.

"A realidade é que o governo, dentro de suas premissas, não tem muito o que fazer", disse o analista Nicolás Alonzo, da consultoria Orlando J. Ferrerés Asociados - que elaborou um extenso estudo sobre as perspectivas de crescimento da economia do país. "O objetivo é baixar a **inflação** e a equipe de Milei entende que isso é o que manterá a popularidade do governo elevada", disse. "E reduzir a **inflação** e sustentar uma recuperação rápida não andam de mãos dadas nesta conjuntura."

O relatório da Ferrerés Asociados mostra que a atividade industrial caiu 11,2% em junho - na comparação com o mesmo mês do ano passado. Esse número significa o 14-mês consecutivo de baixa no setor, mas a queda se acentuou a partir de março. A consultoria acrescenta que "não há sinal de que a contração na indústria tenha alcançado um piso".

As pesquisas mais confiáveis da Argentina ainda mostram que a aprovação de Milei se mantém entre 40% e 50%, mas o mal-estar de empresários e líderes setoriais começa a crescer. Embora os índices mensais de **inflação** tenham sido mais baixos do que eram no ano anterior, depois de atingir 4,2% em maio, a taxa voltou a subir em junho, para 4,6%-puxada por serviços e tarifas cujos subsídios foram eliminados por Milei. Isso tudo em meio a uma economia que está em recessão técnica-o Produto Interno Bruto (**PIB**) caiu 5,1% ao ano no primeiro trimestre deste ano, depois de contrair 1,2% no quarto trimestre de 2023.

Além disso, as medidas de Milei não têm sido suficientes para evitar a pressão sobre o dólar no câmbio paralelo-fator que intensifica pressões inflacionárias - que fez subir o spread em relação a cotação oficial para mais de 56%. Ontem, o dólar no



paralelo fechou a 1.450 pesos. Em outro sinal de queda da confiança no governo argentino, os bônus da dívida em dólar e os ADRs das ações argentinas negociadas em Nova York chegaram a cair até 5% ontem.

Numa tentativa de mitigar o descontentamento de alguns setores, o governo anunciou, no início do mês, que retomaria algumas obras públicas paralisadas nas províncias. Mas a medida foi qualificada como insuficiente pelas empresas de construção civil - uma das que mais geram empregos.

"É encorajador que o governo evite que pelo menos algumas obras fiquem inacabadas, uma vez que uma obra inacabada não presta serviços e significa perder tudo o que já foi investido", disse o presidente da Câmara Argentina da Construção (Camarco), Gustavo Weiss. "Mas esta reativação parcial, de 15% dos projetos, é absolutamente insuficiente."

"O setor de construção ainda está longe dos níveis de investimento necessários para preservar as infraestruturas existentes. E muito mais longe de gerar a infraestrutura necessária para o crescimento do país", completou Weiss.

O que pode ser mais dramático para o governo é a percepção de que está perdendo - além da complacência do período de "lua de mel" - a capacidade de manter as ferramentas para a reativação das atividades. "A economia passa por uma etapa difícil, complicada pelo fato de o mercado não ter tido uma resposta na velocidade que esperava", diz Dante Moreno, analista da consultoria EPyCA.

"Há uma forte pressão pela desvalorização do peso - por parte do Fundo Monetário Internacional, agroexportadores, mercado financeiro, etc. Mas, se fizer isso, o governo vai impactar os preços em uma medida que poderia comprometer seriamente a possibilidade de êxito de seu plano fiscal de déficit zero", afirmou Moreno.

"Mercado não viu resposta do governo na velocidade que esperava" Dante Moreno

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>**

# Dólar deve dar trégua, mas alimentos pressionam IPCA (Editorial)

A desvalorização do real diante do dólar tende a se atenuar e a ameaça de uma **inflação** influenciada pela alta de preços importados sobre o IPCA não deve ser um risco relevante, diminuindo as chances de que a política monetária, já apertada, tenha de ser ainda mais dura no curto prazo. O Comitê de Política Monetária, em sua próxima reunião, no início da semana que vem, não deverá mover os juros, ainda que os preços de alimentos e energia possam emitir um sinal de alerta.

O índice de commodities do Banco Central indica pressões razoáveis a caminho. Apenas em junho, produtos agrícolas aumentaram 6,29% e, no ano, 17,1%. Commodities metálicas, como alumínio, zinco, ferro e cobre, subiram 30% em seis meses e 23,2% no trimestre encerrado em junho. Petróleo e energia avançaram 17,9% no ano e 6% em junho. O peso conjunto destes aumentos se concentrará nos bens industriais, cuja evolução até agora se situa abaixo da meta de **inflação**, e nos alimentos, que tem empurrado o IPCA para cima nas últimas medições.

O IPCA em junho, na taxa acumulada em 12 meses, evoluiu para 4,23%. Os analistas privados, no boletim Focus do Banco Central, voltaram a elevar as projeções para o ano, de 4,05% e subindo. Nos próximos meses, o IPCA deve se aproximar do teto da meta, porque a **inflação** de julho e agosto de 2023 foi baixa, e a média trimestral do IPCA agora é superior à de 2023 - a média trimestral até junho foi de 1,05% e a de junho do ano anterior, 0,76%.

A boa notícia é que a **inflação** de serviços, a mais resistente à queda, vem cedendo. Em 12 meses até junho, foi de 4,49%, ainda assim, incompatível com a meta de **inflação**. Os serviços, porém, são muito menos afetados pela variação do dólar do que os bens industriais, que, por seu lado, apresentam variação muito comportada até agora. Até maio, o índice de preços ao produtor variou 0,17% em 12 meses, ou seja, perto de zero.

O desempenho da economia no segundo trimestre foi animador, com estimativas em alta. O Ibre/FGV, por exemplo, revisou sua projeção de 0,5% para 0,7% para o período, com alta para a indústria de transformação e serviços. O Monitor do PIB, da mesma instituição, apontou a continuidade de boa performance em maio, o que toma possível um

crescimento da economia acima dos 2,1% estimados pelo Focus. Os impulsos vêm tanto do consumo das famílias, com o aumento do emprego e da massa salarial, como dos investimentos, que apresentam expansão mesmo com a taxa de juros ainda em nível muito alto.

O Banco Central acredita que a interrupção da redução dos juros, com a manutenção da taxa Selic em 10,5%, é capaz de levar a **inflação** para perto da meta em 2025 (3,1%), uma aposta não bancada pelo mercado, que antevê 3,9%, com os juros deslizando gradualmente para 9,5% ao fim de 2025. Mas há espaço para várias surpresas - o avanço de 14,7% no dólar ante o real no ano foi uma delas. As críticas do presidente Lula à política monetária do Banco Central, e os sinais emitidos pelo presidente de que a política fiscal continuaria expansionista e em desacordo com a meta do novo regime fiscal potencializaram o movimento de alta global da moeda americana.

No que depende da **inflação** importada, ou seja, da variação do dólar, é possível prever que novas altas expressivas não deverão ocorrer a curto prazo e muito menos quedas abruptas. A previsão de espaço para a valorização do real, corrente no início do ano, ficou no passado. A troca do presidente Joe Biden provavelmente pela vice Kamala Harris na eleição americana, tornando os democratas mais competitivos, conteve um pouco o avanço da moeda americana. A decisão do governo brasileiro de bloquear e contingenciar R\$ 15 bilhões no orçamento mostrou disposição de agir para cumprir a meta fiscal, um sinal que, mesmo sob desconfiança, suaviza as expectativas de que a piora das contas era inexorável.

A economia ganhou bom ritmo e, apesar dos juros altos, o crescimento deverá ultrapassar com folga 2%, o que coloca obstáculos para que a **inflação** decline mais rapidamente para 3%. Os estímulos fiscais e parafiscais, assim como o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, adicionam dinamismo para as atividades e crédito que os juros altos, por si só, não são suficientes para conter. De qualquer forma, o IPCA deverá ficar dentro do intervalo de tolerância da meta, caso o BC resolva manter a Selic onde está.

Não há motivos no momento para elevá-la, caso o intervalo de tempo para que o BC atinja a meta seja maior, como a autoridade monetária vem fazendo e

como se tomará praxe a partir do ano que vem, com a entrada em vigor da meta contínua - que obrigará uma ação enérgica caso o IPCA fique acima da meta por seis meses consecutivos. Na mais recente reunião do Copom, houve debate sobre se o balanço de riscos havia se tornado assimétrico, inclinado favoravelmente a mais **inflação**, mas o comitê resolveu manter os riscos equilibrados. Com o IPCA cheio de maio e junho bem comportado, abaixo das previsões, ainda não há motivos para que o BC mude os sinais da política monetária.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>**

# Brasil melhora, mas 8,4 milhões ainda passam fome, aponta estudo

Um total de 8,4 milhões de pessoas ainda passa fome no Brasil, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) divulgado ontem. O estudo aponta que quase um quinto da população brasileira não teve acesso adequado à alimentação nos últimos três anos.

O resultado indica avanço em relação à medição anterior, mas mantém o país no Mapa da Fome, do qual chegou a sair em 2014 e retornou em 2019.

Divulgado anualmente, o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo mostra que, no triênio compreendido entre 2021 e o ano passado, 3,9% da população brasileira apresentou desnutrição crônica. A ONU considera que um país integra o Mapa da Fome quando esse índice é igual ou superior a 2,5% do total da população.

O resultado é um pouco melhor do que o apresentado no relatório do ano passado (referente ao triênio 2020-2022), com recuo de 0,8 ponto percentual no índice total de pessoas em situação de fome. Ao todo, 1,7 milhão de brasileiros deixaram de sofrer de desnutrição crônica, equivalente a um terço do necessário para que o país saia do mapa.

Redução em 2023 Ainda conforme o estudo, o Brasil teve ao longo do último triênio 39,7 milhões de habitantes com insegurança alimentar moderada ou grave. Segundo a agência da ONU, a moderada é aquela em que a pessoa tem dificuldade em ter acesso a uma alimentação adequada, o que faz com que, em determinado período, acabe comendo menos, ou com menor qualidade. Já a insegurança grave é quando falta efetivamente comida por um dia ou mais.

Durante a cerimônia de apresentação do relatório, que ocorreu em paralelo às reuniões do G20 no Rio de Janeiro, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, apresentou um dado individualizado para o ano de 2023 - a FAO trabalha apenas com números trienais. Segundo ele, no ano passado o número de brasileiros em condição de fome caiu 85%, chegando a 2,5 milhões (cerca de 1,2% da população).

Dias atribuiu o fenômeno à retomada de programas sociais que teriam sido "desvirtuados, esvaziados ou interrompidos" nos últimos anos.

- Hoje digo, com segurança, que no caminho que estamos é possível, dentro do governo Lula, até 2026, sair do Mapa da Fome - afirmou Dias.

O desempenho do Brasil foi elogiado pelo diretor-geral da FAO, Qu Dongyu.

O relatório também mostra que a fome no planeta permanece em nível superior aos anos anteriores à pandemia, que gerou desaceleração econômica e encareceu os alimentos. Cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2023. \_

País defende taxaço de grandes fortunas

Durante o ato de pré-lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a fome decorre de "escolhas políticas". Em discurso, Lula lembrou que, enquanto os índices de desnutrição avançaram no planeta, os gastos com armamentos subiram no ano passado.

- Hoje o mundo produz alimentos mais do que suficientes para erradicar a fome. O que falta é criar condições de acesso aos alimentos - afirmou.

A aliança está sendo proposta pelo Brasil, que ocupa a presidência temporária do G20 e, no encontro que ocorre no Rio de Janeiro, o bloco aprovou os documentos fundacionais da iniciativa, dando início à adesão pelos países.

Qualquer país interessado poderá aderir. O lançamento oficial será formalizado na Cúpula de Líderes do G20, em novembro, também no Rio.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também participou do evento, disse que o Brasil conta com recursos da taxaço de grandes fortunas, os chamados super-ricos, para financiar iniciativas da aliança. Haddad citou um estudo do economista francês Gabriel Zucman que estima uma arrecadação de até US\$ 250 bilhões por ano, caso bilionários fossem taxados em 2% das riquezas.

- E aproximadamente cinco vezes o montante que os 10 maiores bancos multilaterais dedicaram ao enfrentamento à fome e à pobreza em 2022 -alegou o

ministro. \_

Saiba mais

## O BRASIL NO TRIÊNIO

2021-2023 Desnutrição crônica

8,4 milhões (3,9%) Insegurança grave

14,3 milhões (6,6%) Insegurança moderada ou grave

39,7 milhões (18,4%)

## OS DESTAQUES NO MUNDO

Cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2023, aproximadamente 152 milhões a mais do que em 2019. Isso significa que a desnutrição crônica atinge uma em cada 11 pessoas no planeta.

A porcentagem da população que passa fome está aumentando na África (20,4%), permaneceu estável na Ásia (8,1%) - embora ainda represente um desafio significativo, já que a região abriga mais da metade daqueles que passam fome no mundo todo - e apresentou progresso na América Latina (6,2%).

Se as tendências atuais continuarem, cerca de 582 milhões de pessoas estarão cronicamente subnutridas em 2030, metade delas na África.

Além disso, em 2023, cerca de 2,3 bilhões de indivíduos no mundo enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave, número que não mudou significativamente desde o aumento brusco em 2020, em meio à pandemia. Entre esses, em torno de 864 milhões de pessoas experimentaram insegurança alimentar grave.

O documento aponta como causas a persistente **inflação** dos preços dos alimentos, além de conflitos, mudanças climáticas e desacelerações econômicas cada vez mais frequentes e severas.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240725&edicao=30252>

# Dólar tem novo dia de alta firme e supera os R\$ 5,65

**Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet De São Paulo**

Aliado a um cenário doméstico que inspira baixa confiança entre os investidores, o ambiente global voltou a se mostrar bastante negativo para ativos de risco ontem e ajudou a impor mais um dia de perdas no mercado local, notadamente para a divisa brasileira. O dólar fechou a sessão em alta firme e voltou a ser negociado na faixa dos R\$ 5,65, maior nível em três semanas. A pressão cambial, por sua vez, passou a entrar no radar dos agentes e aumentou os receios relacionados a um possível endurecimento no discurso do Banco Central na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima semana, o que também acabou pressionando os juros futuros.

O cenário externo tem se mostrado mais desafiador para ativos de emergentes nos últimos dias. Para além da perspectiva ainda majoritária de que o ex-presidente dos EUA Donald Trump irá vencer as eleições no país - o que traria dificuldades ao comércio global e aos mercados emergentes -, a recente apreciação da moeda japonesa tem sido um fator apontado como amplamente negativo para as divisas de economias emergentes.

Isso porque uma estratégia amplamente utilizada pelos investidores globais ao longo dos últimos anos foi a do "carry trade". Ela consiste em tomar recursos em países com juros baixos, como o Japão, e alocá-los em economias com taxas elevadas, como o Brasil e o México, de forma que o investidor que realiza essa operação ganha com o diferencial de juros. Pela sua natureza, a aposta também acaba sendo bem-sucedida caso ocorra uma valorização das moedas de juros elevados contra a divisa utilizada como "funding" na operação.

No entanto, as perspectivas de que o Banco do Japão (BoJ) irá apertar sua política monetária e os reflexos das supostas intervenções do ministério das Finanças do país no mercado cambial para conter a depreciação do iene levaram a moeda japonesa a exibir uma forte apreciação nos últimos dias.

Assim, ontem, o real dividiu o protagonismo negativo com o peso mexicano, outra moeda associada às operações de carry trade com o iene. O dólar subiu 1,27% contra o real e fechou o dia negociado a R\$

5,6566. Perto do horário de fechamento, a divisa americana também subia mais de 1% contra o peso mexicano, ao passo que caía mais de 1% frente ao iene. Tanto o real quanto o peso mexicano exibiram quedas de mais de 2% no confronto com a divisa japonesa.

Para Fernando Chibante, gestor macro da Occam, uma alta de juros do BoJ na semana que vem já parece estar incorporada aos preços, mas sinalizações que apontam para uma política mais dura à frente podem estender a valorização do iene. "E caso o iene reaja positivamente à decisão, devemos ter mais um empurrão negativo contra o real", diz.

Com isso, o profissional afirma que a Occam está com posição comprada em iene contra o real (aposta na valorização da moeda japonesa ante a brasileira). "Acreditamos que a valorização do iene, impulsionada pela expectativa de aumento de juros no Japão, e os fatores de risco que pressionam o real justificam essa estratégia." Dentre esses fatores, ele cita as incertezas fiscais no Brasil, desaceleração da economia da China e um ambiente menos propenso à tomada de risco com as eleições americanas.

"No lado doméstico, preocupação com sustentabilidade fiscal no médio prazo tem gerado incertezas" Fernando Chibante O Bank of America, por outro lado, era uma das casas que apostavam, desde abril, em posições compradas (aposta na valorização) em real contra o iene. A aposta, ontem, atingiu o nível de tolerância máxima de perda estabelecida pelo banco.

Ainda segundo Chibante, da Occam, há razões internas que também explicam a depreciação do real. "No lado doméstico, a preocupação com o nível de sustentabilidade fiscal no médio prazo tem gerado incertezas no mercado. Novos ruídos políticos podem voltar a incomodar no próximo mês durante as discussões orçamentárias", afirma o gestor.

A recente depreciação do real também voltou a acender sinais de alerta sobre o comportamento da política monetária do Brasil no curto prazo. Ainda que o cenário iminente de altas de juros seja considerado como improvável, a visão de que o Copom pode alterar orientação de seu balanço de riscos para uma assimetria em relação aos riscos de alta da **inflação**



passou a ganhar corpo nas discussões do mercado.

Segundo as estimativas do J.P. Morgan, com um câmbio negociado a R\$ 5,60 e expectativas de **inflação** para 2025 em 3,90%, a projeção do Copom em seu cenário alternativo -o que prevê a manutenção da Selic em 103% ao longo do horizonte relevante - estaria em 3,4%. Vale apontar que, no último **comunicado** do BC, a projeção encontrava-se em 3,1%, com um câmbio de R\$ 5,30.

"Com o horizonte monetário de 18 meses do Banco Central dando cada vez mais importância às projeções para 2026 e com os bancos centrais globais começando a flexibilizar as condições, o BC terá alguma margem de manobra para manter a taxa de política no nível restritivo de 10,50% para esperar e ver como esse desvio entre os dados e as expectativas se desenrolará nos próximos trimestres. Dito isso, o cenário parece colocar o BC no limite. Aumentos adicionais nas projeções de **inflação** podem desencadear altas de juros no segundo semestre deste ano", apontam Cassiana Fernandez e Vinícius Moreira, do J.P. Morgan.

Segundo eles, ainda, a opção da maioria do colegiado sobre como o balanço de riscos será caracterizado pode ser um prenúncio do que o BC está inclinado a fazer nas próximas reuniões.

Ontem, apesar do ambiente amplamente negativo, o Ibovespa fechou a sessão com desvalorização contida, de 0,13%, aos 126.423 pontos. Apesar da forte pressão negativa no real e nos juros futuros nas últimas sessões, o principal índice acionário da bolsa local tem se mantido mais ancorado e acumula alta de 2,03% em julho.

Para o líder da área de análise de investimentos da Warren, Frederico Nobre, nos últimos meses existiu um certo pessimismo exagerado na precificação da curva de juros no Brasil e o receio em torno do fiscal ainda segue, mas parece haver um apetite maior a risco.

Segundo ele, os aportes de investidores estrangeiros em julho, que já somam R\$ 6,22 bilhões, ajudaram a amenizar um pouco das perdas sofridas pelo índice ao longo do primeiro semestre. O principal gatilho para tornar a volta do capital estrangeiro mais perene, diz Nobre, é o início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), que deve ocorrer em setembro. "Com o maior apetite a risco, a alocação em mercados emergentes vai acontecer e o Brasil é um dos países que devem receber esse fluxo", completa.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187937>

# Dólar volta ao patamar pré-anúncio de cortes - GPS DA ECONOMIA

*Marta Sfredo [marta.sfivdo@zerohora.com.br](mailto:marta.sfivdo@zerohora.com.br) coni João Pedro Cecchini [joao.cecchini@zerohora.com.br](mailto:joao.cecchini@zerohora.com.br)*

Depois de chegar a R\$ 5,665 em 2 de julho, o dólar havia se acalmado com promessas de cortes de gastos, mas ontem voltou a esse patamar. Fechou em R\$ 5,658, resultado de alta de 1,29%.

Desta vez, o que pressiona o mercado de câmbio é a queda global no preço de matérias-primas básicas (commodities), como petróleo e ferro. Como o Brasil é grande exportador desse tipo de mercadoria, a lógica econômica é que vai obter menos receita em dólares na venda e, em consequência, haverá menos moeda americana disponível. Não que isso signifique um grande problema para o Brasil, mas é mais uma gota no oceano de preocupações.

No dia, também pesaram no mau humor do mercado maus desempenhos de gigantes da tecnologia, que fizeram a bolsa especializada Nasdaq despencar 3,64%. Uma das ações mais pressionadas foi a da Tesla - de Elon Musk - que caiu 12,3% depois que o balanço do segundo trimestre apresentou lucro 45% abaixo do período anterior.

## Suspense sobre anúncio

Claro, o risco fiscal não desapareceu do cenário. Ainda há suspense sobre o anúncio de onde o governo vai cortar - é bom lembrar que bloqueios e contingenciamentos não afetam gastos obrigatórios, como salários -, o que só será apresentado na próxima terça-feira.

Também há certa desconfiança sobre as reiteradas declarações dos técnicos da equipe econômica de que, na pior das hipóteses, o rombo deste ano chegará ao limite inferior da margem de tolerância, de R\$ 28,8 bilhões ou 0,25% do **PIB**. Ontem, uma das expectativas do mercado era sobre um pronunciamento do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mas ele alegou que está em período de silêncio - na próxima semana, há nova reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) - e só falou sobre... tecnologia. \_

4,2% foi a queda na cotação do petróleo tipo brent nos últimos quatro dias úteis

## Procura por imóvel dispara na Capital

A procura por apartamentos em Porto Alegre disparou 40,2% em junho, na comparação com maio, mostra levantamento da startup Loft feito com base em anúncios de sua plataforma de compra e venda.

A plataforma reúne as ofertas de várias imobiliárias, como Auxiliadora Predial, Guarida e Foxter. Segundo gerente de Dados da Loft, Fábio Takahashi, costuma existir busca maior por apartamentos, mas esse hábito se intensificou: - Percebemos uma movimentação por adquirir moradia em local não afetado por enchente e inundação.

Antes dessa subida, a venda de imóveis havia despencado 55% em maio, mês do dilúvio no Estado. Segundo Takahashi, a procura por casas se manteve estável no período. O levantamento mostra preferência dos compradores por unidades com dois dormitórios, dois banheiros e uma vaga de garagem. Há uma curiosidade, acrescenta: - Chamam a atenção também as mudanças nas preferências por comodidades como churrasqueira e academia. Em maio, a utilização do filtro churrasqueira caiu 15%, enquanto a do filtro academia subiu 27%. \_

## Explodiu gasto com benefício a pessoas 65+ e deficientes

Em dois anos e meio, o desembolso com apenas um programa social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), explodiu: repasses a pessoas com deficiência saltaram 67,8%. Como mostra o gráfico acima, esses pagamentos foram de R\$ 2,8 bilhões ao mês para R\$ 4,7 bilhões. Para outro público atendido pelo BPC, pessoas acima de 65 anos, também houve salto, embora menor, de 60,8%.

Criado em 2004, levou oito anos para cruzar o patamar mensal de R\$ 1 bilhão, cinco para subir a R\$ 2 bilhões, seis para R\$ 3 bilhões e apenas um e meio para R\$ 4 bilhões, no caso dos PCDs. Para unir as pontas, o custo anual do BPC chega a 1% do **PIB**.

As causas envolvem o aumento real do salário mínimo, no atual governo, mas há forte suspeita de fraudes. Para entender esse peso, é bom lembrar que o governo luta para entregar o rombo do orçamento deste ano dentro do intervalo de tolerância da meta

fiscal, que é de 0,25% do **PIB**. Isso quer dizer que o desembolso com o BPC equivale a quatro vezes essa margem. \_

#### Renner quer vestir país com ajuda a RS

Com camisetas, bonés, meias e bolsas, a Lojas Renner lança hoje uma coleção para que todo o país possa vestir a ajuda ao Rio Grande do Sul. Prevê doação de RS 400 mil para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os produtos têm estampa com coração e o nome da coleção: Todos Unidos pelo RS. Os fornecedores - N8 Têxtil e Cotton Star Industrial (SC) e Itália Milano (PR) - produziram sem repassar custos. Toda a receita das vendas será doada, e o Instituto Lojas Renner vai duplicar o valor arrecadado. As peças são em preto, off-white, ameixa e verde, para representar força, paz, recomeço, empatia e esperança. Os preços vão até R\$ 49,90. Com algodão certificado e identificadas pelo selo Re - Moda Responsável, já estão à venda no site da Lojas Renner. A gigante do varejo estima que todas as suas iniciativas de ajuda ao Estado alcancem R\$ 50 milhões. \_

R\$ 4,4 bi é a parte do valor da venda da Sabesp, de R\$ 14,7 bilhões, que o governo de SP vai usar para um fundo que vai subsidiar a redução na tarifa de água e esgoto. Para famílias inscritas no CadUnico, promete reduzir 10% na conta dos serviços. E inteligente.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240725&edicao=30252>

# Conta corrente ganha fôlego com mudança em cripto

**Anais Fernandes De São Paulo**

A mudança metodológica promovida pelo Banco Central na aferição dos criptoativos no balanço de pagamentos do país poderia reduzir em cerca de um ponto percentual o déficit em conta corrente do Brasil, estimam economistas. O efeito, no entanto, não deve ser totalmente capturado neste ano, porque analistas já vinham piorando suas projeções para as transações correntes em 2024, considerando resultados mais negativos na balança de serviços e em rendas, além de previsões um pouco menos otimistas, embora ainda elevadas, para o superávit da balança comercial.

No início do ano, a projeção mediana da pesquisa do BC com o mercado indicava déficit em conta corrente de US\$ 40,3 bilhões (cerca de 1,9% do **PIB**) em 2024. Em abril, a estimativa chegou a ficar abaixo de US\$ 32 bilhões (1,5% do **PIB**). Agora, voltou para US\$ 40 bilhões (1,8% do **PIB**). É um número pior do que o observado no ano passado, quando a conta corrente fechou com déficit de US\$ 30,8 bilhões (1,4% do **PIB**), impulsionada pelo excelente desempenho da balança comercial em ano de safra recorde.

A partir dos dados de junho, que são divulgados hoje pelo BC, as transações com criptoativos deixam de ser computadas na balança comercial, que faz parte da estrutura da conta corrente, para serem registradas como "ativo não financeiro não produzido", assim como patentes, por exemplo, na conta de capital. A mudança segue alteração metodológica do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A reclassificação não altera o resultado do balanço de pagamentos (registro de todas as transações entre residentes brasileiros e o resto do mundo), mas, tudo o mais constante, reduz o déficit em conta corrente (resultado das trocas comerciais, de serviços e de rendas entre residentes e não residentes no país), já que o Brasil é importador líquido de criptoativos.

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, observa que as compras de criptoativos pelos brasileiros ganharam impulso entre 2020 e 2021, em meio a taxas de juros baixas, com a Selic atingindo 2% ao ano. "O interesse dos investidores locais por criptomoedas pode refletir uma preferência pela diversificação de investimentos, alguma forma de dolarização, bem como atração pela velocidade,

segurança e baixos custos das transações", diz.

As importações líquidas de criptomoedas aumentaram 59% em 2023, depois de subirem 24% em 2022, nota Secemski. Em 12 meses até maio, elas somaram um recorde de US\$ 15,3 bilhões. Extrapolando a taxa média de crescimento dos últimos seis meses para o resto do ano, essas importações podem totalizar US\$ 23,2 bilhões (1,1% do **PIB**) em 2024, estima Secemski. Uma conta mais cautelosa, usando metade dessa taxa de crescimento passado, ainda levaria a US\$ 19,2 bilhões (0,9% do **PIB**) em importações líquidas de criptos.

As estatísticas do comércio exterior do Brasil para exportações e importações de bens são compiladas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), mas passam por um ajuste do BC quando a autoridade monetária calcula o balanço de pagamentos. A diferença é que a Secex contabiliza a saída ou entrada de bens do território brasileiro que possam reduzir ou aumentar o estoque de recursos materiais do país. Já o BC registra as transações bens que, independentemente de movimentação física, mudam de propriedade de não residentes para residentes ou vice-versa, como era o caso das criptomoedas até maio.

"Déficit seguirá baixo nos próximos anos, próximo a 1% do **PIB**" lana Ferrão

Em geral, a abordagem mais ampla do BC acrescenta mais às importações do que às exportações medidas pela Secex, o que implica um saldo comercial (exportações menos importações) menor no balanço de pagamentos, em relação às estatísticas do governo. Com a reclassificação dos criptoativos, a tendência é que as balanças da Secex e do BC se aproximem.

"Só os criptoativos abririam uma diferença da ordem de US\$ 18 bilhões entre a balança da Secex e a do BC. Essa diferença começou a ficar muito grande", diz Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Secemski calcula que a exclusão dos criptoativos da balança comercial medida pelo BC deve representar

um aumento de cerca de US\$ 20 bilhões (1% do **PIB**) para o saldo da conta corrente neste ano.

A expectativa dos economistas é que a série anterior também seja revista. Segundo Ribeiro, a mudança metodológica deveria afetar de forma relevante até, pelo menos, os dados de 2017 ou 2018.

Para 2023, por exemplo, o superávit comercial deveria subir de US\$ 80,6 bilhões para US\$ 92,3 bilhões, estima Secemski - ainda abaixo, mas mais próximo dos US\$ 98,9 bilhões computados pela Secex. Com isso, Secemski calcula que o déficit em conta corrente de 2023 deve passar para US\$ 19,1 bilhões (0,9% do **PIB**).

Ao incorporar a mudança metodológica no seu cenário-base, o Bradesco ajustou a projeção de déficit em conta corrente de 1% do **PIB** em 2024 e de 1,1% em 2025 para 0,8% neste e no próximo ano, somando entre US\$ 17 bilhões e US\$ 21 bilhões. Por outro lado, a conta de capital, que acumula entrada de US\$ 200 milhões em 12 meses, passará a ser negativa em US\$ 15,1 bilhões, segundo Rafael Murrer, economista do Bradesco.

Para 2024, o Barclays alterou sua projeção de déficit em conta corrente de US\$ 38 bilhões (1,8% do **PIB**) para US\$ 28 bilhões (1,3% do **PIB**). Apesar de ter estimado que o impacto total da mudança metodológica poderia reduzir esse déficit em um ponto do **PIB**, Secemski assimilou apenas metade do impacto à sua projeção, porque, entre outras coisas, também ajustou ligeiramente para baixo a perspectiva de saldo comercial, ao mesmo tempo em que ampliou um pouco os déficits em serviços e rendas.

A projeção da XP para o déficit em conta corrente do Brasil neste ano seria revista de US\$ 40,5 bilhões para US\$ 50 bilhões, também devido a déficits maiores nas contas de serviços e renda primária. O déficit na balança de serviços foi revisado de US\$ 41 bilhões para US\$ 47,5 bilhões, enquanto o resultado negativo na subconta da renda primária (recebimento de juros, dividendos ou salários) foi de US\$ 64,5 bilhões para US\$ 71 bilhões.

No entanto, com a reclassificação em cripto, no fim a XP passou a prever um déficit em conta corrente de US\$ 34,5 bilhões (1,6% do **PIB**) em 2024. O Itaú Unibanco também reduziu sua projeção deste ano de US\$ 43 bilhões para US\$ 27 bilhões, e de US\$ 53 bilhões para US\$ 37 bilhões em 2025, citando a nova metodologia.

Com a mudança, o BTG Pactual passou a projetar um déficit em transações correntes de US\$ 32 bilhões (1,4% do **PIB**) em 2024, ante US\$ 47 bilhões (2,2% do

**PIB**) pela metodologia prévia. Iana Ferrão, economista do BTG, nota que a projeção, agora, está muito próxima do déficit observado no ano passado.

"O déficit seguirá baixo nos próximos anos, próximo a 1% do **PIB**, em função do robusto superávit comercial, o que continuará contribuindo para manter baixa a vulnerabilidade externa do país", diz.

No curto prazo, em geral, as projeções para o superávit comercial têm sido ajustadas para baixo porque as importações crescem acima das exportações. "No início do ano, não esperávamos uma demanda interna tão aquecida como vimos até agora, que tem impulsionado o total das importações mesmo com o efeito preço jogando contra", afirma Murrer, do Bradesco.

Ribeiro, da BRCG, diz não acreditar em superávits comerciais perto de US\$ 100 bilhões para este ano, como quase ocorreu em 2023 e como indicavam algumas projeções de analistas para o médio prazo, apostando, principalmente, na forte produção e exportação do petróleo brasileiro. "Nesse debate, muitas vezes, as pessoas olham para o vigor das exportações e esquecem as importações, que estão sendo afetadas pela política de preços da Petrobras", diz Ribeiro.

Ele projeta um saldo comercial entre US\$ 75 bilhões e US\$ 80 bilhões para o Brasil no médio prazo, o que já é um "número muito bom", afirma. Para 2024, Ribeiro espera superávit comercial de US\$ 62,8 bilhões e um déficit em conta corrente de US\$ 45 bilhões (2% do **PIB**). "Devemos ter um nível acumulado de ativos de reserva esse ano inferior ao observado no ano passado, mas está longe de representar qualquer tipo de restrição externa ativa. O setor externo ainda é a ilha de tranquilidade no Brasil", afirma Ribeiro.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>



# Governo Kamala deve priorizar a classe média na economia

*Jon Kamp, Richard Rubin e Justin Lahart Dow Jones*

Kamala Harris já é bem conhecida por sua defesa vigorosa do direito ao aborto, seu papel no governo de Joe Biden - que ontem fez seu primeiro pronunciamento desde que abandonou a campanha - na imigração e segurança nas fronteiras e seu legado como promotora e procuradora-geral da Califórnia. Mas suas posições e objetivos quanto à economia, preocupação central na eleição, ainda não estão bem definidas. Seu histórico, porém, revela algumas pistas sobre suas prioridades, como o foco no trabalhador de baixa renda, na mulher, na pequena empresa e na família de classe média.

Como vice-presidente, Kamala tem se alinhado em grande medida ao presidente Biden em questões econômicas, e alguns analistas veem esse histórico como um indicativo. "Em geral, achamos que ela seguirá a trilha Biden-Harris", disseram analistas do banco de investimento Evercore ISI, em nota na terça-feira.

Antes de fazer parte do governo, ela divergiu algumas vezes do presidente Biden - mais especificamente em políticas relacionadas ao comércio exterior e ao clima -, posicionando-se com frequência a favor de uma maior intervenção governamental na economia.

Na segunda-feira, em discurso para a equipe de campanha, ela esclareceu algumas de suas prioridades econômicas. Como presidente, ela defenderá a licença familiar remunerada e serviços acessíveis de creche, disse Kamala. "Fortalecer a classe média será uma meta definidora da minha presidência", acrescentou. "Porque sabemos que, quando nossa classe média é forte, os EUA são fortes."

Os porta-vozes da campanha da vice-presidente não responderam de imediato a um pedido para que ela comentasse o assunto.

O desafio econômico. O obstáculo mais imediato que Kamala pode precisar superar são os pontos de vista negativos dos americanos sobre o legado econômico de seu próprio governo. Em 2022, no mandato de Biden, a **inflação** atingiu o maior patamar em 40 anos. Os impactos foram variados, desde preços exorbitantes nos supermercados até elevações das

taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA), o que, em parte, tornou mais difícil o pagamento dos financiamentos imobiliários e a compra de casas pelos americanos.

A **inflação** arrefeceu e muitos economistas preveem que o Fed reduzirá os juros em setembro. No entanto, os americanos ainda lidam com as consequências - em junho, o Departamento do Trabalho informou que os preços ao consumidor subiram 19,5% desde dezembro de 2020.

A vice-presidente compreende como os preços altos afetam as famílias trabalhadoras e há muito se dedica a medidas destinadas a aliviar esse fardo, segundo um ex-assessor de Kamala, que a aconselhou em questões econômicas.

"O que você vê nisso é um desejo de realmente impactar a vida das pessoas no dia a dia", disse o ex-assessor, destacando temas como a redução dos preços dos remédios e a ampliação do acesso à banda larga.

No início do governo, Kamala se concentrou em ajudar as pequenas empresas a acessar empréstimos especiais, que não precisam ser pagos se suas condições forem cumpridas, por meio do Programa de Proteção ao Salário, em especial em comunidades minoritárias, de acordo com um ex-assessor da Casa Branca.

"Sabemos que quando nossa classe média é forte, os EUA são fortes"

Kamala Harris

Alguns aspectos do legado econômico de Biden são mais favoráveis. A economia se expandiu e o crescimento do emprego tem sido forte. A proporção de americanos em sua idade mais produtiva de trabalho - de 25 a 54 anos - que estão empregados atingiu o nível mais alto desde 2001. O crescimento dos salários superou a **inflação**, em especial no caso dos trabalhadores de baixa renda.

**Impostos.** Como vice-presidente, Kamala apoiou a agenda tributária de Biden, que defende aumentos às empresas e os consumidores de alta renda e o corte ou a manutenção dos **impostos** aos consumidores



que ganham menos de US\$ 400 mil por ano.

Quando era senadora e candidata à presidência, a proposta tributária emblemática de Kamala foi a Lei UFT, similar a uma renda básica universal, cujo custo seria de US\$ 3 trilhões em dez anos. O plano de Kamala teria fornecido

um crédito tributário de US\$ 3 mil para indivíduos e de US\$ 6 mil para casais. De forma escalonada, os créditos seriam menores para famílias de renda média e alta, de forma que apenas 10% dos benefícios iriam para a fatia dos 40% mais ricos, de acordo com centro de estudos Tax Policy Center.

A Lei LIFT não avançou no Congresso, mas sua ideia básica - apoio à renda por meio de créditos tributários - é uma peça central da política econômica Biden-Kamala. Em 2021, os democratas expandiram o crédito tributário para quem tem filhos e o crédito tributário sobre a renda do assalariado para trabalhadores sem filhos. Essas expansões venceram no fim de 2021, mas o governo Biden pretende reativá-las.

Em 2017, assim como todos os demais democratas do Senado, Kamala votou contra a lei tributária republicana que reduziu o imposto de renda sobre pessoas físicas e jurídicas e restringiu algumas deduções fiscais. Em 2020, como candidata à presidência, ela apoiou a rejeição total à lei. O governo Biden agora defende a extensão de muitos desses cortes tributários, que expiram após 2025, mas que isso seja combinado a aumentos de **impostos** sobre famílias de alta renda.

Custos com moradia. Os preços das casas estão em patamares recorde e os aluguéis teimam em continuar altos, o que torna o custo com moradia outra vulnerabilidade política do governo Biden.

Quando senadora, Kamala tentou combater os altos preços dos aluguéis com um projeto conhecido como a Lei de Alívio do Aluguel, que teria concedido créditos tributários para, basicamente, inquilinos que ganham até US\$ 100 mil anuais e gastam pelo menos 30% de sua renda bruta em aluguel e contas de concessionárias públicas. Um grupo de democratas continua pressionando a favor da lei.

Ela também já destacou seu papel como procuradora-geral da Califórnia na negociação de acordos com credores de financiamentos imobiliários - após a onda de execuções na crise de 2007 a 2009 -, cujos valores obtidos para os beneficiados foram muito além dos oferecidos de início.

Comércio exterior. Kamala divergiu de Biden em dois

grandes acordos comerciais enquanto era candidata ao Senado e como senadora. Um deles foi a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), pacto comercial entre EUA, Japão e outros dez países na região do Oceano Pacífico, assinado durante o governo Obama em 2015. Kamala se opôs ao pacto como candidata ao Senado em 2016, dizendo à imprensa estar preocupada com seu impacto sobre os trabalhadores e o clima. O tratado comercial acabou após a eleição de 2016, e Trump retirou formalmente os EUA do pacto após assumir o cargo.

Kamala estava entre os 10 senadores que votaram contra o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), uma versão renegociada do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta) da qual Trump costuma se vangloriar. Ela argumentou que as disposições ambientais eram insuficientes. Biden, como candidato à presidência, apoiou a substituição.

Salários e remuneração. Durante sua campanha nas primárias presidenciais de 2020, Kamala apresentou uma série de propostas idealizadas para reduzir a desigualdade e diminuir as disparidades salariais.

Uma delas foi um plano para reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres, que poderia cobrar das empresas com pelo menos 100 trabalhadores pelas diferenças salariais.

Outra proposta almejava aumentar os salários dos professores a níveis mais alinhados aos de profissionais similares-uma diferença que, segundo a campanha de Kamala, chega a US\$ 13,5 mil para o professor médio.

Kamala tem se alinhado em grande medida com Biden em questões econômicas

Uma terceira proposta, para aumentar o empreendedorismo entre os americanos negros, previa US\$ 60 bilhões em investimentos em educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática e em faculdades historicamente com grande presença negra e outras instituições que atendem a minorias. Além disso, Kamala defendeu uma proposta de investimentos destinados a ajudar empreendedores negros a levar suas idéias ao mercado e abrir empresas.

Energia e clima. Kamala foi defensora, como senadora e candidata à presidência em 2020, do "New Deal Verde", cujo objetivo era reduzir a dependência da economia americana dos combustíveis fósseis e reformar a infraestrutura energética e de transmissão do país.

Kamala também apoiou uma proibição à extração de

hidrocarbonetos por meio de fraturamento hidráulico, enquanto Biden defendeu a proibição à técnica apenas em terras federais. As posições mais agressivas de Kamala foram vistas como um possível ponto negativo na Pensilvânia, um grande produtor de gás e um Estado-pêndulo no qual Biden venceria por pequena margem em 2020. (Tradução de Sabino Âhumada)

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187937?page=16&section=1>**